



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS ASSOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção:
um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”**

(Monografia Apresentada em Cumprimento Parcial dos Requisitos para a Obtenção do
Grau de Licenciatura em Sociologia pela Universidade Eduardo Mondlane)

Autor: Olívia Fernando Matavele

Supervisor: Book Sambo(MA)

Maputo, Junho de 2015

"Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane"

**" Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção:
um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane"**

Por

Olívia Fernando Matavele

**Monografia Apresentada em cumprimento Parcial dos Requisitos Exigidos para a
Obtenção do Grau de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo
Mondlane**

Departamento de Sociologia

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Universidade Eduardo Mondlane

Maputo, Junho de 2015

O Júri

O Supervisor	O Presidente	O Oponente	Data
_____	_____	_____	___/___/___

DECLARAÇÃO

Eu, Olívia Fernando Matavele, declaro por minha honra que esta monografia nunca foi apresentada, parcial ou integralmente, em nenhuma Instituição para a obtenção de qualquer grau académico e constitui o resultado da minha pesquisa de campo, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes por mim utilizadas.

Olívia Fernando Matavele

DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho primeiro à Deus pela sua presença em minha vida e aos meus queridos pais, por me terem nascido e pela educação permanente para que eu pudesse ser o que hoje sou. Muito Obrigada meus Pais. AMO-VOS.

Olívia Fernando Matavele

AGRADECIMENTOS

Pelo trabalho final do curso, dirijo os agradecimentos particulares ao Mestre Book Sambo, pela contribuição valiosa na orientação e conselhos dispensados para que terminasse esta monografia. Lembro-me que apesar de suas ocupações, e minha pressão dispensou-me espaço no seu tempo, para fornecer-me directrizes subsequentes.

Aos meus irmãos, Dionísio, Júlio, Vicente, Anastácia, Percina, sobrinhos Luís Júnior, Cármen, Shonil, Hewan por me entreterem sempre que precisar e ao meu grande amigo dr. Adriano de Figueiredo Chiveva pelo apoio incondicional.

Cabe-me também endereçar um apreço aos Mestres João Carlos Colaço, Baltazar Samuel Muianga, Eugénio Brás, Judite Chipenembe, Orlando Nipassa pelo carinho na transmissão dos conhecimentos durante o período de formação, o que permitiu que caminhasse segura desde o início até a conclusão do meu curso em particular deste trabalho.

Os meus agradecimentos são endereçados aos Camaradas Vasco MugiquilaTembe, António Lote Thuzine e ao Camarada Zeferino António Alfredo Cavele Primeiro-Secretário do Partido FRELIMO na Província de Maputo, aos quais devo todo o respeito, admiração e consideração pelos ensinamentos que eles tem depositado todos os dias, para o bom desempenho e sucessos na minha carreira profissional.

À todos aos Camaradas da Família FRELIMO na Província de Maputo e em particular na Cidade da Matola vai meu agradecimento por aprender muito de vós.

Estendo estes agradecimentos ao corpo docente do Departamento de Sociologia, que merecem a minha admiração permanente pelos seus ensinamentos e valores ao longo dos quatro anos do curso transmitiram-me e sobretudo, por terem construído em mim o caminho que me permite separar a ciência do senso comum.

Aos meus colegas de turma de curso de Sociologia Laboral, e ao meu grupo de trabalho, especialmente a colega Genífer de Fátima Romão Chivambo, e nomeadamente Esménio

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

Daniel Euclides Hunguana, Olga da Gama Lobo Cambaco, Ènia da Tânia Leonardo, pelo apreço e cooperação contínuos que serviram de base para o sucesso do curso.

A todos os que directa ou indirectamente proporcionaram-me um apoio moral psicológico para o meu equilíbrio, quer nos momentos alegres quer nos momentos de tristeza, vai o meu agradecimento sem fim.

EPIGRAFE

"O nosso polícia não tem privilégios. O seu privilégio é servir bem a República Popular de Moçambique, e zelar pela aplicação da Constituição, e fazer respeitar as leis, educar os cidadãos (...). O Polícia anda de coluna vertebral bem esticada, com passo bem cadenciado. Esse sim é Policia"

Machel, (1984:27-29).

RESUMO

Ao procuramos estudar a construção da identidade policial neste trabalho, assumimos como ponto de partida a ideia segundo a qual, a relação entre os indivíduos e as instituições profissionais dentro da qual se encontram integrado não ocorre de forma linear. Ao contrário, é uma relação dialéctica na qual os primeiros têm a capacidade de interpretar os valores e normas que lhe são impostos e transmitidos de modo a regular a sua actividade. Deste modo, a realização deste estudo teve como fito compreender a construção da identidade policial, assumindo como estrutura central analítica o conceito de trajectória social operacionalizada a partir da teoria fenomenológica.

Recorremos a fenomenologia de Alfred Schutz de modo a considerarmos o seu princípio teórico segundo o qual toda a acção dos indivíduos constitui uma situação biográfica, pelo que a sua compreensão remete necessariamente a interpretação das experiências passadas com base nas quais acumula-se o conhecimento, orienta-se e organiza-se as experiências presentes. Com efeito, interpretamos a identidade policial à partir das experiências inerentes as trajectórias dos polícias entrevistados.

Assumimos uma abordagem do método qualitativo, o que conduziu-nos ao uso das entrevistas semi-estruturadas para a recolha de dados que nos possibilitaram observar que os entrevistados na sua família, nos grupos de pares, nas escolas e no mercado de trabalho lidam de diferentes formas com as normas e valores que lhe são impostos, havendo os que pautam pelo integro cumprimento e os que incorrem em transgressões. Embora os entrevistados conheçam as normas e valores da instituição policial e tenham a consciência do seu carácter obrigatório, constatamos que a forma de lhe dar com elas não é a mesma. Assim, encontramos aqueles que constroem a sua identidade reproduzindo o que lhes é transmitido e aqueles que se auto-constroem como polícia negociando com o que lhes é transmitido. Sob ponto de vista da sua trajectória, concluímos que, os que reproduzem os valores e normas da instituição sempre adoptaram esta postura ao longo da sua trajectória e os que negociam sempre tiveram um espírito de incumprimento de determinadas regras e valores.

Palavras-chave: *Biografia; Identidade; Trajectória social; Polícia.*

ABSTRACT

When we try to study the construction of police identity in this work, we take as a starting point the idea that the relationship between individuals and professional institutions within which they are embedded does not occur in a linear fashion. Rather, it is a dialectical relationship in which the first have ability to interpret the values and norms imposed upon and passed in order to regulate their activity. Thus, this study had the aim to understand the construction of police identity, taking as an analytical backbone operationalized the concept of social path from the phenomenological theory.

We use phenomenology of Alfred Schutz in order to consider its theoretical principle that the action of individuals is a biographical situation, so their understanding necessarily refer the interpretation of past experiences upon which accumulates knowledge and guides if and organizes the experiences present. Indeed, we interpret police identity from the experiences inherent to the trajectories of respondent's policemen.

We take an approach of qualitative method, which led us to the use of semi-structured interviews to collect data that allowed us to observe the interviewees in their family, in peer groups, schools and the labor market deal of different forms with the norms and values imposed upon it, with those who are guided by integrate compliance and incurring transgressions.

Although the interviewees are aware of the norms and values of the police institution and have the awareness that it is binding, we noticed that by the way they give you is not the same. Thus we find those who build their identity reproducing what is transmitted and those who self-build as negotiating with the police that is transmitted them to them. From the point of view of its trajectory, we conclude that those who reproduce the values and norms of the institution always adopted this posture along its trajectory and those who trade always had a spirit of non-compliance with certain rules and values.

Key-words: *Biography; identity; Social trajectory; Police*

Índice

DECLARAÇÃO.....	1i
DEDICATÓRIA.....	4
AGRADECIMENTOS.....	i5
EPIGRAFE.....	7
RESUMO.....	8
ABSTRACT.....	9
CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 2. REVISÃO DA LITERATURA.....	17
2. Hipóteses de pesquisa.....	26
CAPÍTULO 3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	27
3.1. Quadro teórico.....	27
3.2. Definição dos conceitos e sua operacionalização.....	29
3.2.1. Biografia.....	29
3.2.2. Identidade.....	30
CAPÍTULO 4. METODOLOGIA.....	32
4.1. Método de procedimento.....	32
4.2. Método de abordagem.....	32
4.3. Técnicas de recolha de dado.....	33
3.4. Universo e amostra.....	33
3.5. Constrangimento do trabalho.....	34
CAPÍTULO 5. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	36
5.1. Perfil sócio-demográficos dos polícias recém-formados.....	36
5.2. Trajectória dos recém-formados na polícia.....	38
5.2.1. Experiências no campo familiar.....	38
5.2.2. Experiências nos grupos de pares.....	42
5.2.3. Experiências no campo escolar.....	45

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

5.2.4. Experiências no trabalho	49
5.3. Valores e normas transmitidos ao longo da formação do polícia	51
5.3. Construção da identidade de polícia dos recém-formados	56
5.3.1. Identidade do polícia como defensor da pátria	56
5.3.2. Identidade do polícia como pessoa que enfrenta situações difíceis	60
CAPÍTULO 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68
ANEXO	71

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre a identidade torna-se cada vez mais central nas sociedades modernas, na medida em que os actores sociais reivindicam novas formas de liberdade e autonomia na sua autoconstrução. O estudo da construção da identidade procura demonstrar a activação desses mecanismos aos quais os actores recorrem o que torna central para a construção teórica.

Olhando especificamente para o contexto Moçambicano, realizamos este estudo como forma, de um modo geral, trazer uma compreensão da identidade do polícia sob ponto de vista da sua biografia na qual destacamos experiências como factores determinantes na forma como ele lida com a sua profissão, assim como com a instituição dentro da qual se encontram profissionalmente integrados.

Embora possamos concordar com a afirmação segundo a qual em todos momentos sejam eles de interacção ou em outros locais os indivíduos sempre construíram identidade, temos que reconhecer que a sua conceptualização não é tão antiga quanto a sua construção concreta. Caldas e Wood Jr. (1997) oferecem, de forma sintética, uma perspectiva histórica da construção do conceito de identidade, pelo que recorreremos a estes autores para colocar o leitor a par deste processo.

Vemos assim, que dentro da psicanálise a identidade entra em relação com os termos self e ego, que viria o primeiro, a ser central na literatura sociológica, especialmente em teóricos como Mead e Goffman, embora o segundo tenha usado no sentido plural. Não obstante, é importante não confundir um termo com outro, pois desde a sua origem que o termo identidade conserva a sua particularidade. Para esclarecer a particularidade deste termo e as diferenças com relação ao termo self, podemos apreciar as palavras seguintes:

Afirma-se que o “termo "identidade" deriva dos vocábulos latinos *idem* e *identitas* (ambos significando "o mesmo") e do vocábulo *entitas* (entidade). Ao combinar essas raízes, identidade poderia então significar "a mesma entidade". Alguns autores já sugeriram que a palavra pode também estar associada a outro vocábulo latino, *identidem*, significando "repetidamente", "uma e outra vez". Já a origem da palavra *self* não é tão clara. Presume-se, com frequência, que ela é uma composição ligada ao

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

preônimo indo-europeu *se-*, significando "o eu de cada um". Ali á partir desses significados, parece ser possível sugerir que, enquanto identidade refere-se a um conteúdo ou propriedade, o self pode representar a entidade que a incorpora”. (Caldas e Wood jr., 1997, p. 10)

Na linha de reflexão destes autores sublinha, ainda, que a noção psicanalítica resultante do conceito de identidade foi amplamente popularizada por teóricos do campo, hoje conhecido como Psicologia Diferencial, em particular por Erik Erikson, que introduziu e divulgou, nas ciências comportamentais, o termo "crise de identidade". Assim, a noção psicanalítica de identidade individual tomou o sentido de unicidade e continuidade, de um processo localizado no indivíduo, porém influenciado pelo seu meio e pela sua cultura.

Colocado de outra maneira, a definição mais popularizada do conceito de identidade define-a como uma classificação do *self* que expressa o indivíduo como reconhecidamente diferente dos demais, e como similar a membros da mesma classe. Parece ter sido esse, o sentido de identidade individual que foi mais utilizado para explicar processos e elucidar características de outros objectos, em outros campos das ciências humanas além da Psicologia. Dessa forma, tornou-se usual aplicar o termo identidade a entidades plurais, como grupos étnicos, organizações, nações etc. (Caldas e WoodJr., 1997)

Esta concepção de identidade foi dominante nas suas primeiras aplicações no campo da psicologia. Fazendo uma retrospectiva da forma como foi concebida a identidade ao longo da história, Hall (2006) afirma que esta identidade psicanalítica enquadra-se no que ele designa de identidade essencialista para se referir a concepção de um indivíduo igual a si e diferentes de todos estáticos, com elementos que não se mudam, ou seja, permanecem os mesmos em todos os momentos e espaços.

O desenvolvimento de diferentes campos de conhecimento e surgimento de interesses pela questão da identidade, este termo foi sendo aplicado de diferentes maneiras o que fez com que ganhasse diferentes significados e concepções em função dos interesses e objectivos próprios em jogo. É neste sentido – entrada da modernidade - que emerge o sujeito sociológico que, de acordo com Hall (2006), apresenta uma identidade

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

construída em função de cada espaço, isto é, os indivíduos apresentam uma identidade imposta objectivamente, mas que permanece igual independentemente dos contextos.

De uma forma geral, o sujeito é reconhecido como mutável, como quem apresenta uma identidade que varia em função do contexto dentro do qual ele encontra-se incerto. Para Hall (2006), este sujeito só difere do essencialista porque a identidade não é inata, mais adquirida, contudo, limita-se a reprodução dos princípios institucionais vigentes em cada espaço do qual ele participa. Mas, conserva dentro de si um *self*, que funciona como uma caixa a ser enchida.

Com as transformações sofridas pelas sociedades, o debate centra-se num outro sujeito, o designado pelo autor de sujeito pós-moderno, que apresenta uma identidade móvel, pouco estável e inconstante, que muda em função de diferentes espaços. Estas formas de identidades não se sucedem em formas de rupturas, antes, coexiste uma com a outra tornando ainda mais interessante levantar o problema de identidade, principalmente quando estamos a falar de instituições, como a policial, cujo interesse é impor uma identidade aos seus membros integrantes.

De acordo com Costa (2004), o conceito da instituição Polícia indica sua própria função, e essa vem se moldando no decorrer da história, conforme o contexto sócio-económico-cultural vigente. Não obstante, alguns *habitus* podem persistir ao longo das transformações das sociedades. É esta característica que nos conduziu a discussão da identidade construída no âmbito da formação de polícia, procurando assumir como base o quadro do sujeito sociológico e pós-moderno simultaneamente, visto que, descartamos a possibilidade da existência de uma identidade essencialista¹.

Para o desenvolvimento deste trabalho tivemos como universo espacial a Escola Prática da PRM²-Matalane, no Distrito de Marracuene, Província de Maputo, de Maio a Junho de 2014, tendo como grupo alvo os formandos da respectiva escola, o que permitiu identificar os elementos que constituem a identidade atribuída que entra em relação dialéctica com a identidade real constituída pelos elementos que os formandos interiorizam no seu quotidiano.

¹Hall (2006) define a identidade essencialista como aquela na qual considera-se que os indivíduos apresentam traços identitários que lhes são naturais, com os quais nasceu e que não variam em nenhum momento das suas experiências dentro da sociedade.

²PRM- Polícia da República de Moçambique.

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

A abordagem da construção da identidade afigura-se importante em virtude desta ter trazido um forte debate no campo científico, no sentido de mostrar os novos contornos que ela vem tomando nestes tempos. Qualquer estudo que se dirige a esta realidade possibilita uma maior compreensão da sua complexidade. Logo, ao enveredarmos pelo estudo da construção da identidade entramos, automaticamente, neste debate e ao nos dirigimos especificamente para a polícia, compreendemos que estamos a trazer um tema muito actual, pois a discussão da actuação da polícia invade os vários espaços públicos a nível nacional.

Apesar de existirem estudos que se dedicam ao estudo da polícia em Moçambique, não nos podemos orgulhar da sua quantidade, pois comparando com outros temas novos dentro das ciências sociais como a questão de género, os estudos da polícia ainda estão aquém do desejável. Assim, ao nos dedicarmos ao estudo da polícia vamos potencializar a literatura sobre esta realidade.

Dentro deste contexto o objectivo construído consistiu em procurar compreender a influência da biografia dos recém-formados na construção da identidade policial. O alcance deste objectivo foi possível com recurso à fenomenologia como o quadro teórico pelo qual enveredamos. Esta teoria permitiu fazer uma reconstrução da trajectória dos formandos da polícia, considerando que os entrevistados ao longo das suas experiências acumulavam conhecimento a partir dos quais atribuem significados as suas acções.

A fenomenologia remeteu-nos ao método qualitativo como pano de fundo para que orientássemos todo o nosso trabalho desde a sua concepção até a sua materialização. Deste modo, optamos pelo método indutivo como de abordagem, o método monográfico como sendo o de procedimento, as entrevistas semi-estruturadas como as técnicas para a obtenção dos dados e o critério de convencionalidade para a definição e constituição da nossa amostra. Estes elementos fizeram com que os dados fossem tratados em profundidade, considerando as especificidades de cada caso.

O nosso estudo tem os seguintes objectivos:

Geral:

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

Compreender a influência da biografia dos recém-formados na construção da identidade policial.

Específicos:

- ✓ Descrever o perfil sócio- demográfico dos formandos no curso de polícia;
- ✓ Descrever a biografia social dos recém-formados na polícia;
- ✓ Identificar os valores e normas transmitidos ao longo da formação de polícia; e,
- ✓ Identificar a forma como os recém-formados seleccionam os valores e normas que incorporam para a sua identidade de polícia.

Quanto à sua estrutura, organizamos o trabalho da seguinte maneira: no primeiro capítulo apresentamos a introdução que contém uma breve contextualização sobre a construção da identidade do polícia, a justificativa, e os objectivos da monografia. No segundo capítulo está a revisão da literatura, onde apresentamos os principais estudos desenvolvidos em torno da identidade de polícia no âmbito da sua formação de modo a construirmos o nosso problema de pesquisa e as respectivas hipóteses. No terceiro capítulo está o enquadramento teórico e conceptual onde trazemos a teoria fenomenológica de Alfred Schutz e os conceitos de identidade e biografia. No quarto capítulo trazemos a metodologia, os objectivos, os métodos de procedimento e de abordagem, as entrevistas como técnicas de recolha de dados, as amostras do estudo, assim como os procedimentos seguidos no trabalho de campo. No quinto capítulo fazemos a apresentação, análise e interpretação dos dados. A seguir, sem constituir um capítulo, trazemos as considerações finais e as referências bibliográficas.

CAPÍTULO 2. REVISÃO DA LITERATURA

No presente capítulo, fazemos uma discussão das diferentes abordagens sobre a construção da identidade de polícia de Protecção para que, numa fase posterior, possamos construir o nosso problema de pesquisa.

Os estudos que apresentamos nesta revisão da literatura, olham para a construção da identidade dos polícias como ocorrendo por meio da reprodução dos princípios institucionais, fazendo com que estes agentes vivam um anacronismo. Contudo, foi-nos possível identificar Tavares (2004) que olha para os Policiais como actores sociais capazes de construir formas específicas de ser polícia que não implica a reprodução dos imperativos institucionais, de desenvolver formas específicas de ser Polícia que não se limitam a simples reprodução.

Dos estudos que defende a reprodução de princípios institucionais, identificamos os de Rodrigues (2010), Muniz (2001), Uaciquete (2009), Cônsul (2005), Storani (2008) e Maciel (2009).

Rodrigues (2010) realizou um estudo no contexto brasileiro com o tema Gestão da polícia militar: a cultura institucional como agente limitador da construção de um polícia cidadã. Neste estudo, o autor tinha como objectivo compreender de que maneira a cultura organizacional do polícia militar influencia o modelo de gestão da instituição.

Na realização deste estudo, Rodrigues (2010) assumiu como pressuposto que o quotidiano institucional da polícia militar é repleto de situações que servem de objecto de arguição sobre o processo de construção da identidade do polícia militar como resultante de um comportamento normativo e disciplinar que consolida conceitos historicamente enraizados, os quais se repassam de geração a geração.

A principal constatação deste estudo, é de que as bases doutrinárias, transplantadas do exército brasileiro e que originaram os polícias militares, persistem até os dias actuais nessa instituição e resultou na absorção da doutrina militar expressa no pensamento, símbolos, *modus operandi* e estrutura, o que a mantém sob controlo rígido, atendendo às expectativas do Estado em detrimento do povo ou da própria Polícia.

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

Neste sentido, Rodrigues (2010) afirma que a cultura organizacional do polícia militar permanece quase inalterada desde suas origens, o que a coloca em dissonância com a realidade contemporânea. Este modelo baseado de gestão militar impede o cumprimento da missão institucional e social do polícia porque seu foco está deslocado, ou seja, ao invés de focar a solução dos problemas de segurança e defesa dos direitos da sociedade visa ao cumprimento linear, puro e simples do regulamento militar.

Os polícias são formados fora do contexto social dentro do qual exercem a sua profissão e contra o restante da sociedade. A identidade policial se constrói a partir da reprodução do regulamento, valores e princípios institucionais, não havendo espaço para forma de agir particulares e subjectivas (Rodrigues, 2010).

Seguindo, a mesma linha de pensamento, Storani (2008) desenvolveu um estudo com o tema A construção da identidade dos Caveiras do Batalhão de Operações Policiais Especiais - BOPE, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, onde constata que o curso de operações especiais deve ser olhado como um facto social, pois durante este processo de passagem ocorre uma força que leva a desconstrução da individualidade e ao desenvolvimento de uma forma de consciência colectiva ou um “eu” colectivo.

Nesta ordem de ideia, Storani (2008) afirma que o espírito de corpo, assim como o espírito militar, são representações sociais do militarismo que, juntamente com outros atributos, constituem características da identidade adquirida, ou incorporada, pelos processos de socialização da instituição militar. Logo, a construção da identidade policial ocorre por meio da reprodução do *ethos* institucional.

Por sua vez, Maciel (s/d) apresenta um estudo com tema Construir-se policial militar: da identidade deteriorada ao auto-reconhecimento e reconhecimento social enquanto profissão, onde tinha como objectivo analisar a questão da construção identitária do policial militar e a compreender do porquê dessa identidade negada, deteriorada ou percebida como negativa.

De acordo com Maciel (s/d), durante a formação do polícia, teoria e prática se articulam, no entanto, a contextualização prática dos conteúdos é deficiente. São mais valorizadas as disciplinas específicas (militares). O autor afirma que ocorre uma interferência negativa da questão da hierarquia na formação policial, uma vez que

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

distancia os diferentes níveis existentes na corporação, firmando as imposições e aumentando a impessoalidade no trato com os demais.

Contudo, admitiu-se a existência do carácter subjectivo da aplicação e a impossibilidade de precisão da quantidade de força necessária para atender a cada caso (Macie, s/d). Os (as) Oficiais representam o “ser policial” de forma, digamos, mais racional, enquanto os(as) Praças, por sua vez, enxergam o “ser policial” como algo romântico, messiânico, quase uma missão de ordem social, defende Macie (s/d).

Podemos verificar que a interferência da burocracia na formação da polícia, no sentido de impor a reprodução de suas normas, valores e princípios é vista como um aspecto negativo. O que não é partilhado por outros autores, como Uaciquete (2009), que vê na reprodução um elemento positivo para a construção de uma identidade comum entre indivíduos de origens culturais diferentes.

No estudo, Serviço militar obrigatório como espaço de construção de identidade militar e nacional, realizado no contexto moçambicano, Uaciquete (2009) tinha como objectivo, mostrar o processo e os mecanismos de construção de identidade militar, que até certo ponto incentivam a consciência de identidade nacional. Deste modo, constatou que serviço militar obrigatório incentiva a consciência de identidade nacional e a moçambicanidade. Apesar de diferença de origens, os formandos estão comprometidos com a mesma causa.

A principal inferência do estudo supracitado é que o serviço militar obrigatório constitui um espaço de construção de moçambicanidade, que é a capacidade que os indivíduos (militares) têm de reconhecer que apesar de diferença de origem estão comprometidos pela mesma causa, que é a defesa da pátria e da soberania nacional.

Olhando também para além do limite das instituições de formação da polícia como espaço de formação, está Cônsul (2005), que compreende que a formação do polícia está sujeita a interesses sociais e políticos da sociedade como um todo.

Com o tema Brigada militar: identifique-se! A Polícia Militar revelando sua identidade Cônsul (2005) defendeu a hipótese de que a identidade policial tem forte influência do contexto sociopolítico externo para determinar o arranjo estrutural e a sua missão. As evidências obtidas apontaram que, no contexto brasileiro, a polícia, durante sua

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

trajectória, teve o desenho estrutural e suas intervenções voltada basicamente para actuações beligerantes, semelhantes às do Exército Brasileiro.

Não obstante nos últimos anos, a polícia ter começado a execução das tarefas de policiamento, Cônsul (2005) é da opinião que isso não teve a faculdade de direccionar a corporação às actividades civis de polícia e ao conseqüente abandono de sua antiga tradição militar, uma vez que as mudanças ficaram por conta, somente, de algumas alterações estruturais e de denominações dos órgãos que a integram, buscando complementar a compreensão da construção social da identidade da brigada, das demandas emergentes e da organização do Estado para atendê-las.

Os estudos até aqui apresentados e discutidos revelam que a identidade da polícia se limita a reprodução dos imperativos institucionais, que lhes são impostos e que dão continuidade a uma forma de ser e estar própria de uma brigada militar, pelo que a violência constitui um dos elementos que a identifica.

Nem todos os estudos que olham a construção de uma identidade do polícia têm a mesma perspectiva, havendo aqueles que olham para os polícias como actores capazes de rejeitar ou superar o que lhes é transmitido. Os estudos que apresentamos a seguir defendem que a identidade do polícia resulta de uma relação interpretativa que os polícias estabelecem com os imperativos institucionais. Identificamos autores como Muniz (2001), Maciel (2009), Calazans (2009) e Tavares (2004).

Muniz (2001) realizou um estudo com o tema a crise de identidade dos polícias militar brasileira: dilemas e paradoxos da formação educacional, defendendo que suas falas explicitam o teor da insatisfação com os saberes e treinamentos recebidos quando afirmam, por exemplo, que se sentem "inseguros e com as mãos algemadas" ao estarem nas ruas de nossas cidades porque, entre outras questões, o que aprendem nas academias de polícia não corresponde aos desafios actuais da prática policial.

De acordo com Muniz (2001), a "militarização" dos polícias militares na realidade brasileira foi muito além da assimilação do modelo organizacional do exército, reflectindo em boa medida, as necessidades liberais-autoritárias de um estado em processo de construção e consolidação. Deste modo, as missões e mandatos da polícia foram ficando cada vez mais distantes das actividades rotineiras e convencionais de uma

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

polícia urbana, uniformizada, não investigatória e voltada para as actividades civis de policiamento que, um dia, fundamentaram a sua criação.

Este cenário policial leva a existência de um consenso, dentro e fora das agências policiais, de que os processos de formação e instrução estão desfasados e inadequados não só em relação às exigências postas na ordem do dia pela população, mas também em relação às próprias necessidades internas das organizações, causando um esvaziamento identitário (Muniz, 2001).

Assim, fica sublinhada a ideia de que a identidade não se pode dar por uma simples reprodução, pois existem factores que interferem e levam a experiência vivenciada individualmente. O estudo de De Calazans (2009) traz alguns desses elementos a serem considerados para verificamos a forma como pode variar a construção da identidade policial.

No seu estudo *Policiais migrantes: identidades profissionais em movimentos* De Calazans (2009, p. 5) analisa “a construção das identidades profissionais de policiais militares que migram de grupos e actividades profissionais que têm como base o policiamento ostensivo repressivo para grupos e actividades desenvolvidas no policiamento ostensivo preventivo, desvelando a mobilidade e os trajectos construídos pelos integrantes deste grupo, os processos relativos aos diferentes caminhos percorridos à sua organização actual”. Neste estudo, o autor observou que a consciência, a comunidade profissional leva em consideração, dentre outros elementos, a interacção com a comunidade que leva a maior valorização da actividade.

Para a construção da identidade, De Calazans (2009, p. 157) afirma que “o sentimento de pertencer a um agrupamento especializado, o envolvimento em trabalhos com crianças despertam uma imagem – uma identificação positiva com o grupo”. Neste sentido, “isso implica um processo de pertença e diferenciação enquanto construção de um espaço de reconhecimento, de afirmação e de distintividades. Nesse sentido, os aspectos diferenciadores que surgem para a comunidade de destino, estão nos valores da aproximação e os saberes que os policiais precisam ter para as suas formações (cursos e certificações) e acções na comunidade de destino” (De Calazans, 2009, p.157).

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

Podemos assim, constatar que a construção da identidade do polícia, no exercício da sua actividade junto da comunidade de destino não se dá pela reprodução do *ethos* da instituição de profissão, antes, pressupõe a criação de um espaço aberto no qual a interacção com a alteridade leva construção, por meio de um processo de diferenciação e aproximação, de um sentimento de pertença a um grupo que não é mais aquele reproduzido. O contacto com crianças leva a sensibilidade dos policiais, criando condições para a superação do espírito de violência como centro da identidade policial. Contudo, é importante olhar para o facto de De Calazans (2009) não colocar de lado o facto de estes policiais estarem a vir de forças que na sua forma de actuar eram praticamente violentas.

Por sua vez, ainda no contexto brasileiro, Maciel (2009) no seu estudo com o tema, Representações sociais da violência e da identidade policiais militares por seus agentes, objectivou entender como as questões da violência policial e da identidade policial militar são representadas por seus agentes e em que medida essas representações participam na construção de sua identidade profissional, supondo-se que essas mesmas representações sociais são construídas pragmaticamente no contacto com as diversas manifestações da própria violência, bem como na interacção e na comunicação com seus pares, seja durante a formação nas unidades de ensino da polícia militar, seja na actuação prática nas ruas, traduzida sob a forma de policiamento ostensivo.

Neste estudo, o autor constata a existência da ausência do auto-reconhecimento e do reconhecimento social no que tange aos aspectos identitários (individuais e colectivos) acerca da actuação profissional do policial militar possa, talvez, ser pensada como um factor condicionante da acção activa do membro da instituição diante da questão da violência policial, acabando por nela incorrer. “Esse não reconhecimento não só poderá deturpar e renegar essa actividade, como ser um impeditivo no sentido de representá-la no rol do profissional” Maciel, {2009}.

Nesta ordem de ideias, Macie (2009) afirma que as falas por ele identificadas revelam como esses indivíduos representam sua actuação, para além do processo em que lhes são transmitidos os conhecimentos necessários ao *modus operandi* policial militar, com seus conflitos, arranjos e rearranjos institucionais.

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

Os policiais possuem interesses profissionais próprios e o funcionamento policial é incompreensível se não levarmos em conta as dimensões desse ramo de actuação, bem como suas especificidades (Macie, 2009). Assim, os interesses para o ingresso na corporação podem ser os mais diversos, variando, principalmente, entre a influência familiar ou de terceiros, identificação com a profissão ou uma colocação/manutenção no mercado de trabalho.

Para Macie (2009), a identidade policial militar é social e está intimamente relacionada à formação técnica que ele (a) recebe, enquanto processo de socialização secundária. A submissão do indivíduo ao institucional induz à construção de uma suposta identidade profissional, em detrimento da “identidade individual”, que atrelar-se-á à primeira com a assimilação de comportamentos próprios, o cumprimento de condutas tidas como esperadas pela instituição, o “empenumbrecimento” do eu, as condições e o desgaste do trabalho, a resistência ao formal e a ameaça constante de denúncia do informal, a falta de aceitação em termos de paga salarial pelo trabalho prestado ao colectivo (ferindo, sobretudo, o moral), a posição de ambiguidade a que são colocados esses indivíduos entre mundos dicotómicos (o da lei/ordem e o do crime/desordem).

A identidade policial é construída não pela reprodução, mas pela relação entre a identificação com a instituição e a identidade individual de cada policial. A mesma linha de argumentação é seguida por Tavares (2004) no seu estudo *A simultaneidade do absurdo e a graça da condição humana, no quotidiano da Polícia Militar: uma proposta educativa, abordando às crises que vivenciamos na actualidade*. A autora se propõe a estudar o paradoxo violência/paz no quotidiano da polícia militar, levando-se em consideração o processo de crescimento de policiais militares pela via da inteireza humana. Buscou-se analisar a relação entre a vivência de completude humana e a relação com o outro no contexto tanto da Instituição, no âmbito social, e no processo de cidadania planetária.

De acordo com Tavares (2004), instituições como a polícia militar, cujos profissionais actuam no limite do paradoxo violência/paz, podem transcender o seu papel actuando também como educadores e construtores de uma cultura de paz no exercício da sua função. Verificou-se que os policiais constataram a importância da educação como um

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

caminho para o resgate do ser, aspecto fundamental para o com-viver (viver com os outros).

Constatou-se, neste estudo, que ao final, mudanças significativas, ampliando e resignificando atitudes voltadas para a paz, reiterando a relevância da inteireza humana para o desenvolvimento e estabelecimento de uma cultura que dá prioridade a vida, destacando a necessidade de ser para conviver.

As duas abordagens apresentadas e discutidas nesta revisão da literatura revelam dois posicionamentos a partir dos quais se pode olhar e explicar a construção de uma identidade policial. Destas duas abordagens nos aliamos a segunda para argumentar que a identidade policial não se limita a simples reprodução, mas sim a uma interiorização/rejeição interpretativa.

Contudo, é importante dizer que na primeira abordagem, a ideia de que existem factores socioeconómicos que interferem na construção da identidade policial nos parece plausível, pois torna-se difícil, hoje, conceber um espaço absolutamente autónomo que não sofre influências estruturais. Contudo os imperativos institucionais, não podem ser vistos como imposições das quais os polícias não podem se esquivar, implicando uma reprodução automática.

Macie (2009) oferece um ponto de partida ao afirmar que factores motivacionais como a influência familiar ou de terceiros, identificação com a profissão ou uma colocação/manutenção no mercado de trabalho constituem a base para a construção da identidade policial. Sem discordar do autor ao trazer este factor, compreendemos que não é em si os factores motivacionais, o conhecimento que os indivíduos trazem do que é ser polícia constituem elementos influentes.

O debate levantado em torno da construção da identidade de polícia nos centros de formação nos possibilita a identificação de duas posições que assumem argumentos diferentes e que apresentam bases para o seu sustento. De um lado, temos uma abordagem na qual se defende que a construção da identidade de polícia é construída por meio a reprodução de normas e valores, o que adoptarem uma postura de agressividade. Do outro, contra esta abordagem, está aquela que concebe o polícia como

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

um actor capaz de construir a sua identidade de forma autónoma em função das suas experiências e interesses colectivos e particulares.

Quanto à primeira abordagem das duas apontadas, dois elementos críticos precisam ser apontados. No referimos ao facto de anularem a possibilidade de haver polícias que construam sua identidade tomando em consideração as suas experiências passadas, assim como o contacto quotidiano que tem com a sociedade. Segundo é o facto de supervalorizar os interesses da instituição policial e seu poder coercivo.

Já a segunda abordagem, que nos parece mais plausível, tem a vantagem de levantar o problema da construção da identidade do polícia considerando as experiências individuais pelo que nos filiamos a ela. É esta valorização da experiência que da base ao problema de pesquisa, uma vez, que cada pessoa é, como afirma Schutz (1979), é uma situação biográfica que precisa ser lida particular e colectivamente em simultâneo.

Esta leitura biografia torna-se ainda mais plausível para o contexto moçambicano no qual se levanta o problema da violência cometida por polícias formados no centro de Matalane. Isto é, crescem os níveis de violência policial³ em Moçambique, o que leva o questionamento da formação pela qual passam nos Centros. Porém, a compreensão deste processo de formação implica a consideração de que, cada indivíduo tem a sua própria trajectória, pois é a partir desta o que os indivíduos se definem em contacto com a realidade.

A perspectiva da trajectória é-nos trazida por Alfred Schutz (1979), que defende que o indivíduo é uma situação biográfica determinada, o que faz com que as formas como os indivíduos desenvolvem as suas acções podem ser compreendida a partir das suas experiências passadas, pois estas estruturam suas experiências presentes e futuras. De modo a trazermos para o debate levantado em torno da formação do polícia, vamos assumir esta abordagem fenomenológica, que nos orienta para a pertinência de olhar para a trajectória dos indivíduos.

³Guimarães, Torres e De Faria (2005) afirmam que a polícia é uma instituição e uma força legitimada para o uso da violência. Neste sentido, a definição da violência policial tem como base os direitos do cidadão. Ou melhor, considera-se violência policial todo o actor levado a cabo pela policia que viole, ponha em causa ou ignore os direitos do cidadão. Reflectindo um abuso de autoridade. Este conceito reflecte um excesso, injustiça e violação em relação as normas.

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

Ao assumirmos esta abordagem fenomenológica partimos, para a formulação de um problema que nos possibilita olhar para essa trajectória da formação dos indivíduos nos centros de formação policial, pois não basta só olhar para a trajectória nos centros de formação policiais ou para as motivações que levam a formação policial. Seguindo este raciocínio, colocamos o nosso problema nos seguintes termos: *Qual é a influência que a biografia dos recém-formados tem na construção de sua identidade policial ao longo da sua formação?*

2. Hipóteses de pesquisa

As hipóteses de trabalho adoptadas como guias do estudo, foram:

H₁: A biografia exerce um papel fundamental na construção da identidade policial, sendo que os objectivos da instituição jogam um papel marginal.

H₂: A biografia bem como os objectivos institucionais, exercem o mesmo nível de influência na construção da identidade policial em Moçambique.

CAPÍTULO 3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

3.1. Quadro teórico

Nesta parte do trabalho apresentamos a fenomenologia como a teoria que escolhemos para analisar o nosso objecto de estudo, pelo que, vamos discutir, ao longo das próximas linhas, os principais conceitos que constituem esta teoria.

A fenomenologia de Schutz (1979) dá ênfase aos aspectos mais ínfimos da vida social, encontrados da experiência da vida quotidiana. O principal ponto de interesse desta teoria, são os significados construído e partilhados pelos actores durante a interacção social. Consideramos a abordagem fenomenológica fundamental na nossa análise na medida em que por um lado, olha para experiência vivida pelos actores sociais na sua vida quotidiana, e por outro lado se interessa pelos significados que os actores dão ao risco em determinados contextos.

Segundo Schutz (1979), o mundo da vida quotidiana significa o mundo intersubjectivo que existia muito antes do nosso nascimento, vivenciado e interpretado por outros. Ele, agora se da à nossa experiência e interpretação. Toda a interpretação desse mundo se baseia num estoque de experiências anteriores as nossas experiências e aquelas que nos são transmitidas por nossos pais e professores, as quais na forma de "conhecimento a mão" funcionam como um código de referência.

Para Schutz (1979), o mundo da vida quotidiana é o objecto das nossas acções e interacções. O indivíduo orienta as suas acções quotidianas através das experiências que armazenou e do estoque do conhecimento que tem à mão. Esse estoque de conhecimento é que faz com que, em alguns casos o indivíduo já esteja familiarizado com o problema. O estoque de conhecimento à mão serve como código de interpretação da experiência actual em curso, essa referência a actos já vivenciados pressupõe memória, e todas as funções, tais como lembrança, retenção, reconhecimento.

Schutz (1979) afirma ainda que, o homem na vida diária tem a qualquer momento um estoque de conhecimento à mão que lhe serve como um código de interpretações de suas experiências passadas e presentes, e também determina a sua antecipação das

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

coisas que virão. Esse estoque tem sua história particular, que foi constituído de, e por actividades anteriores de nossa consciência.

O comportamento dos indivíduos na sua interacção social consiste numa série de experiências que são distintas de outras devido a uma intencionalidade⁴ a qual permanece a mesma em todas as modificações intencionais.

Para Schutz (1979), "significado" das experiências nada mais é do que o código de interpretação que os actores utilizam na sua vida quotidiana, isto é, os atribuem significados às suas acções na vida quotidiana, e esse significado é partilhado pelos indivíduos no contexto social a qual estão inseridos.

O autor afirma que, em cada momento específico, o indivíduo recorre ao estoque de conhecimentos que tem à mão, para orientar suas experiências actuais, contudo, esse estoque de conhecimento é contínuo e passível a modificações. Isto quer dizer que, o pode em determinados casos se basear no estoque de conhecimento que possui, mas também pode modificar a informação passada e usá-la no presente.

Estoque de conhecimento é um conceito fundamental para o nosso trabalho, pois se refere ao conjunto de informação e conhecimentos que as pessoas aprendem desde cedo na sua cultura, e no qual procuram orientar suas acções quotidianas. Compreendemos que, com base na informação e conhecimentos dos indivíduos recém-formados é possível interpretar e construir uma identidade policial ao longo da sua formação.

Porém, o terceiro conceito de grande relevância metodológica deve ser acrescentado nesta apresentação. De acordo com Schutz (1979), todo momento na vida de um homem é uma situação biográfica determinada em que ele se encontra. Dizer que uma situação “é determinada” em termos biográficos, significa dizer que ela tem sua história; é a sedimentação de todas as experiências anteriores desse homem, organizadas de acordo com as poses habituais de seu estoque de conhecimento à mão, que como tais são poses unicamente dele” (Schutz, 1979, p. 73).

⁴Schutz (1979) concebe Intencionalidade como a capacidade que a consciência possui de apreender a realidade (os objectos) ao seu redor. É esta intencionalidade que faz com que se possível a existência dos objectos, assim como da própria consciência, pois só existe consciência de alguma coisa e objecto a partir da consciência.

Por fim acrescentamos um conceito relevante para análise que realizamos com base neste quadro teórico. Referimo-nos aos conceitos de reflexividade que dentro deste quadro teórico refere-se a capacidade de os indivíduos interiorizarem e modificarem os significados partilhados, pelo que, uma mesma realidade pode ter diferentes significados para diferentes indivíduos, assim como para o mesmo indivíduo enquanto passado, presente e futuro. Assim, muitas das experiências dos policiais podem ser interpretadas de formas diferentes actualmente e no momento passado enquanto eles vivenciavam.

Deste modo, a perspectiva da trajectória social a partir de Schutz (1979) nos dá a possibilidade de olhar para a construção da identidade de polícia como uma situação biograficamente determinada, dando assim, a possibilidade de analisar a influência da sua biografia ou suas poses habituais na forma como esta identidade é construída ao longo da formação. Estes são as possibilidades e vantagens que nos levaram a enveredar pela teoria fenomenológica.

3.2. Definição dos conceitos e sua operacionalização

Nesta parte do trabalho, como referimos na introdução, apresentamos a definição e operacionalização dos conceitos de biografia e identidade como forma de delimitarmos as dimensões da realidade a qual nos referimos ao longo do trabalho e evitar erros de interpretação por parte dos leitores.

3.2.1. Biografia

De acordo com Dausien (1996), biografia é a história individual, pessoal e subjectiva de uma pessoa. São construídas e reconstruídas por sujeitos concretos a partir de situações concretas, possuem determinadas razões bem como determinadas funções colectivas e individuais, orientam-se a partir de normas pré-estabelecidas e subentendem diferentes meios de construção.

As definições de biografia apresentadas por diferentes autores não têm muitas diferenças entre si. Podemos constatar muita proximidade entre a definição apresentada por Dausien (1996) e a apresentada por Schutz (1979), como se verifica a seguir.

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

De acordo com Schutz (1979), a biografia do indivíduo é uma história própria sedimentada pelas experiências anteriores, organizada de acordo com as posses habituais de seu estoque de conhecimento à mão, que como tais são posses unicamente dele, dadas a ele e a ele somente. O autor acrescenta que essa situação biográfica determinada inclui certas possibilidades de actividades teóricas ou práticas futuras.

Biografia é, ainda, vista por Lisboa (s/d) Como a história individual, pessoal e subjectiva da vida de uma pessoa. Este autor concebe a biografia como sendo realidade construída por sujeitos concretos a partir de situações concretas, possuem determinadas razões bem como determinadas funções colectivas e individuais, orientam-se a partir de normas pré-estabelecidas e subentendem diferentes meios de produção. (Lisboa, s/d). Neste sentido. O termo construção biográfica significa não somente o constructo biográfico, o produto final das construções colectivas e individuais, mas sim o processo da construção, ou seja, a produção e reprodução em si (Dausien, 1996, p. 4).

Como fizemos referência, as definições apresentadas não têm muita distinção entre si, o que faz com que, não tenhamos nenhuma preferência entre uma e outras, tenhamos empregado o sentido dado pelas duas definições. Neste sentido, concebemos biografia como um conjunto de experiências atravessadas pelos indivíduos, que são subjectivamente vivenciada e que levam a sedimentação das experiências presentes e futuras.

Neste ordem de ideias, ao recorremos ao conceito de biografia consideramos como dimensões relevantes de tomar em consideração as experiências passadas dos indivíduos, os contextos familiar, escolar, grupos de amigos e trabalho nos quais foram vivenciadas essas experiências e a subjectividade destes indivíduos. Neste sentido, operacionalizamos o conceito de biografia, destacando estas três dimensões da realidade nas quais recolhemos os dados de campo.

3.2.2. Identidade

De acordo Maia (2002), no seu dicionário de sociologia afirma que o conceito de identidade remete a uma característica do que é mesmo ou, numa asserção mais propriamente ontológica, a essência do ser, aquilo que permanece. Porém, sobrevive

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

para além da sua raiz essencialista, assegurando a continuidade do indivíduo e do grupo ou da própria sociedade. De acordo com Breakwell (1980), identidade é a qualidade de idêntico. É o reconhecimento de que o indivíduo é o próprio. É o conjunto de caracteres particulares que identificam uma pessoa, como nome, data de nascimento, sexo, filiação, impressão digital etc.

A dimensão apresentada por Maia (2002) e Breakwell (1980) oferece aspectos importantes para compreender a identidade, mas peca pelo facto de se limitar o conceito do ponto de vista etimológico. Para superar esta limitação procuramos trazer outra definição, de Dubar (1997) que define como a fidelidade de cada um de nós a si próprio, como o espaço privado de cada um de nós e que é construída através das reivindicações de pertença e de qualidades para e por si próprias”, o que permite que cada um de nós se conheça a si próprio através das “histórias que cada um conta a si mesmo sobre o que é” e “ se encarna nas ‘figuras’, nos papéis, nos ofícios”.

Para este estudo adoptamos a perspectiva de Dubar a partir da qual concebemos identidade como um conjunto de características e traços que definem a qualidade do indivíduos e que permitem reconhecer a si mesmo e os outros o reconhecerem. Estas qualidades resultam da relação dialéctica entre os recursos da estrutura ou contexto social e a subjectividade dos indivíduos, pelo que assume um carácter dinâmico, estando em constante reconstrução.

Ao adoptamos esta definição para este trabalho, valorizamos tanto, a dimensão subjectiva dos indivíduos, como a dimensão objectiva da realidade. No contexto da instituição policial, a dimensão objectiva referimos as valores e regras institucionalizadas no centro de formação policiais e que são transmitidos aos formandos e a dimensão subjectiva referimos aos princípios que estes trazem consigo na sua biografia como resultado de experiências passadas.

CAPÍTULO 4. METODOLOGIA

Nesta parte do trabalho apresentamos os caminhos e os instrumentos de pesquisa usados para o desenvolvimento do trabalho de campo, começando por afirmar que foi o trabalho que teve como base uma abordagem qualitativa proposta pela fenomenologia como o quadro teórico que adoptamos, o que nos permitiu olhar para a dimensão subjectiva da realidade a partir da valorização das experiências particulares e colectivas dos polícias entrevistados.

4.1. Método de procedimento

Como método de procedimento recorreremos ao monográfico, que segundo Marconi (2001), consiste em estudar, com profundidade, determinado fenómeno sobre todos seus aspectos. Deste modo, com este método pudemos abordar as experiências dos indivíduos considerando que são subjectivamente vivenciadas, possibilitando, deste modo, tirar proveito das vantagens que o quadro fenomenológico nos oferece. Assim, ao longo da realização dos entrevistados procurámos dar espaço para os polícias entrevistados se expressassem de forma livre narrando aqueles momentos determinantes nas suas vidas e que pudesse estar ligados a forma como procuraram construir-se a si mesmo em diferentes espaços dos quais participavam.

4.2. Método de abordagem

Como método de abordagem escolheu-se o indutivo, que auxiliou na satisfação de partir de uma realidade concreta e observável, visto que, como afirma Lakatos e Marconi (1998), este consiste num processo mental, que partindo de casos suficientemente constatados busca a criação de leis universais. Deste modo, este método permitiu-nos observar, junto dos recém-formados na Polícia de Protecção o seu processo de construção de identidade.

Pelo facto de este método possibilitar explorar caso por caso considerando as suas particularidades numa primeira fase e seus aspectos semelhantes numa fase posterior

revelou-se apropriado, visto que, a biografia pressupõe a existência destes elementos subjectivamente construídos e objectivamente partilhados como se pressupõe na fenomenologia ao se sublinhas que as experiências são colectiva e individualmente vivenciadas.

4.3. Técnicas de recolha de dado

Para recolha de dados, recorreremos a duas categorias de entrevistas. Referimo-nos as entrevistas semi-estruturadas e histórias de vida. Gil (2007), sublinha que as entrevistas semi-estruturadas apresentam um grau de estruturação combinado com algumas perguntas que dão ao investigador a possibilidade de ir introduzindo algumas questões de modo a aprofundar as respostas dos entrevistados. Assim, construímos um guião de entrevista no qual estavam apresentados as perguntas que reflectiam os principais pontos que permitiram o alcance dos objectivos construídos e o teste da hipótese. Estas perguntas foram igualmente apresentadas para todos os entrevistados reservando o direito destes falarem de forma livre e de, ao longo da entrevista, introduzir novas perguntas.

Segundo Marconi (2001), a história de vida consiste em fazer um acompanhamento da vida do entrevistado como forma de compreender toda a sua trajectória do ponto de vista diacrónico. Esta técnica deu a oportunidade de fazer um acompanhamento da trajectória dos entrevistados no sentido de perceber as experiências passadas que tenham influenciado ou influenciam na construção da identidade de polícia. Assim, procurámos descrever experiências vivenciadas na família, nos grupos de pares, na escola e no mercado de trabalho.

3.4. Universo e amostra

O universo do nosso estudo foi constituído pelos polícias formados na área de Polícia de Protecção e que fizeram parte do último grupo de 2014 no Centro de Formação de Matalane, destes procuramos explorar a forma como incorporaram os elementos identitários ao longo da formação para a construção de sua identidade de polícia.

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

A amostra foi constituída por oito polícias recém-formados, que foram seleccionados de acordo com o critério convencional, o que nos levou a trabalhar com os indivíduos que se encontraram dispostos a fazerem parte da amostra do nosso estudo. De acordo com Gil (2007), a amostra convencional consiste em seleccionar e entrevistar indivíduos que se encontram dispostos a fazerem parte do estudo. Esta é uma amostra usada para trabalhar com um grupo-alvo que não apresenta facilidade para serem encontrados e estarem dispostos a prestarem entrevista.

Para encontrarmos estes polícias, seguimos os seguintes procedimentos: primeiro escrevemos uma carta para o Comando Provincial de Maputo, onde foi-nos possível obter uma carta de recomendação para que pudéssemos ser aceites no recinto do Comando onde tinham sido afectos os polícias do grupo de formação de 2014. Deste modo, tendo a direcção do Comando identificado os recentemente formados (primeiro semestre 2014), fizemos os contactos no sentido de convidar a participar do estudo, pelo que alguns aceitaram de imediato e outros não.

O processo de recolha de dados durou duas semanas dado o tipo de turnos que estes se encontravam e em função dos encontros que estavam agendadas com cada polícia, que se mostrou disponível a fazer parte do estudo no sentido de facultar a informação requerida, pelo que algumas entrevistas foram feitas nos seus locais de trabalho e em horas acordados.

3.5. Constrangimento do trabalho

Durante o processo de recolha de dados da nossa pesquisa, enfrentamos dificuldades no acesso a Bibliografia na Escola Prática de Matalane, como também ao nível do Comando Provincial de Maputo-Matola, pois, embora apresentávamos toda a identificação necessária para acesso a instituição bem como acesso a informação, os dirigentes daquelas Unidades Policiais apenas se limitavam em dizer que não existe quase nada escrito, porque tudo ficou danificado e destruído pela Guerra dos 16 anos, sendo que partes das informações obtidas. Foi possível através de um oficial do departamento de formação que se encontra em Matalane desde a sua criação como Escola Prática de Matalane.

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

Mesmo assim prosseguimos com a problemática avançada, fomos ainda enfrentando dificuldades no que diz respeito às estatísticas sobre a média dos formandos em cada ano e a respectiva distribuição por género. Essas dificuldades não só eram encontradas nas direcções como também sentimos dos nossos entrevistados, pois existiam questões ligadas ao formando, e eles também consideram assuntos estritamente para o uso da Policia e não do público em geral.

CAPÍTULO 4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Depois de termos feitos anteriormente uma apresentação dos pontos que sustentam a realização deste trabalho é o momento de nos dedicamos o produto do trabalho de modo a aferir se este confere com o que definimos inicialmente. Pretendemos deste modo, neste capítulo, apresentar e analisar os dados, e discuti-los. Tomando em consideração a satisfação dos nossos objectivos, organizamos esta parte do trabalho em quatro subcapítulos. O reservado ao perfil sócio-demográfico, outro reservado ao acompanhamento da biografia dos entrevistados, outro reservado a normatização ao longo da formação e, outro ainda, reservado ao processo da construção da identidade.

4.1. Perfil sócio-demográficos dos polícias recém-formados

Como referimos na entrada deste capítulo, iniciamos neste subcapítulo, na qualidade do primeiro, com a apresentação dos dados referentes ao perfil sócio-demográficos dos polícias recém-formados entrevistados. O nosso grupo alvo foi constituído por um total de oito polícias sobre os quais administramos as entrevistas. Antes de descrevermos o perfil convidamos os leitores a apreciar os dados que apresentamos na tabela abaixo.

Tabela 1: Dados sócio-demográficos dos entrevistados

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO								
	Idade (anos)	Sexo	Estado civil	Escolaridade	Formação profissional	Naturalidade	Residência	Área de afectação
E1	24	Fem.	Solteira	Básico	Nenhuma	Maputo	Hulene “A”	Polícia de protecção
E2	20	Mas.	Solteiro	Médio	Nenhuma	Maputo	Matola H; Sikuana	Polícia de protecção
E3	25	Fem.	Solteira	Básico	Nenhuma	Zambézia	25 de Junho; Bagamoyo; Ndlavela	Polícia de protecção
E4	24	Mas.	Solteiro	Básico	Nenhuma	Gaza	Gaza, Nkobe	Polícia de protecção
E5	27	Mas.	Solteiro	Médio	Nenhuma	Maputo	Bagamoyo	Polícia de protecção
E6	21	Mas.	Solteiro	Médio	Nenhuma	Maputo	Maxaquene	Polícia de protecção
E7	26	Fem.	Solteiro	Não tem	Informática, estufador	Manica	Manica, Gaza e Chamanculo “C”,	Sistemas de Informática de Emergência
E8	22	Fem	Solteiro	Básico	Nenhuma	Maputo	Xipamanine	Polícia de protecção

Fonte: Adaptado pelo autor

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

Analisando coluna por coluna começamos por fazer referência à idade. De acordo com os dados trabalhamos com entrevistados todos inseridos na categoria jovem – sob o ponto de vista dos intervalos demográficos, como podemos ver a idade mínima ser de 20 anos e a idade máxima de 27. De modo a equilibrar a representatividade sexual, trabalhamos com quatro homens e igual número de mulheres, sendo que tanto a idade mínima, como idade máximasãoapresentadas por entrevistados do sexo masculino.

Na terceira coluna na qual estão distribuídos os dados referentes ao estado civil, podemos verificar que todos se encontram na situação de solteiros. Quanto aos níveis de escolaridade, podemos identificar três situações. A primeira, representada por um único entrevistado, é aquela na qual não se tem nenhum nível de escolaridade, a segunda, representada por quatro entrevistados, é a do nível básico e a terceira é de nível médio apresentado pelos restantes dois recém-formados. É interessante afirmarmos que são unicamente os homens que apresentam o nível médio, sendo que as mulheres se distribuem entre as duas restantes categorias.

No que diz respeito formação profissional, os dados revelam que só um é que se formou na área da informática e da estufaria. Por sinal, este entrevistado com formação profissional é o único que apresenta uma área de afectação na polícia diferente de polícia de protecção, embora tenha sido formado nesta área. Este encontra-se afecto na área de Sistemas de Informática de Emergência.

De acordo com os dados, cinco são naturais de Maputo, um de Gaza, outro de Manica e outro ainda da província da Zambézia. Quanto às residências, dos oito, quatro nunca se mudaram e se encontram a viver nos bairros da Maxaquene, Hulene “A”, Bagamoyo e Xipamanine. Os outros quatro mudaram de residência. O primeiro vive agora em Sikuana, mas antes viveu na Matola “H”, o segundo esteve a viver 25 de Junho, depois no bairro do Bagamoyo e agora está a residir em Ndlhavela, o terceiro esteve a viver na província de Gaza, agora esta a viver em Nkobe e o último viveu em Manica, passando por Gaza e agora reside no Chamanculo “C”.

4.2. Trajectória dos recém-formados na polícia

Nesta secção iniciamos a discussão dos dados sob o ponto de vista do seu enquadramento teórico, retratando a trajectória dos entrevistados, valorizando suas experiências nos seguintes espaços escola, família, trabalho e grupos de pares. Sendo a trajectória social dos indivíduos uma realidade muito complexa que podia requerer, para o seu tratamento aprofundado, uma apreciação individual, optamos, dos oitos casos retratados, trazer apenas quatro cujos posicionamentos reflectem os outros não retratados.

Da informação disponível olhamos, na trajectória dos entrevistados, os valores transmitidos, a autoconstrução, os problemas enfrentados e o conhecimento apreendido, visto ser este, que constitui a base para as suas acções presentes. É importante chamarmos atenção para o facto de termos procurados conservar os princípios éticos da confidencialidade e anonimato, pelo que os nomes usados para identificar os depoimentos são todos fictícios e têm como função facilitar o acompanhamento da trajectória dos polícias daí que, desde já pedimos sinceras desculpas por qualquer coincidência que possa haver nos leitores deste trabalho.

4.2.1. Experiências no campo familiar

Segundo a lógica do processo da socialização dos indivíduos, introduzimos o nosso debate com a discussão dos dados referentes ao campo familiar, onde, de acordo com Schutz (1979), podemos afirmar que ocorre a transmissão das regras aos novos membros da sociedade, pois aqui eles têm acesso as tipificações objectivadas e partilhadas na sociedade. Neste campo valorizamos elementos como regras transmitidas, a construção do “Eu” e os problemas enfrentados.

Começamos por questionar sobre as regras transmitidas no campo familiar e a maneira com a qual eram transmitidas. Os depoimentos que apresentamos a seguir resumem as posições assumidas pelos entrevistados relativamente a este ponto:

“Não havia muita exigência, meu pai nos deixava a vontade, quase que não proibia-nos de muitas coisas como sair, ou virem amigos em nossa casa, mas entre nós sempre

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

tínhamos que agir tendo em conta que ele está em casa”. (Celestina de 25 anos de idade)

“Não havia muita rigorosidade, saíamos sempre, fazíamos quase muita coisa” (Albertina de 22 anos de idade)

“Respeito entre os nossos Pais e irmãos. A exigência era mais aos finais de semana onde as refeições principalmente o jantar devem ser em família.” (Francisco de 26 anos de idade).

“Em casa meu pai era muito chato, exigia que os homens ficassem sempre de careca, não beber, não fumar. E lembro que por causa disso discutíamos e, às vezes, simulava até pancada”. (João de 20 anos de idade)

Dois contextos familiares são descritos nos depoimentos que apresentamos anteriormente. Um no qual as normas de casa implicavam proibições no que diz respeito à liberdade ao comportamento dos seus membros e outro no qual se assistia uma situação diferente, isto é, havia maior liberdade ou poucas restrições no sentido de assumirem determinados comportamentos de forma autónoma. Estes foram os contextos familiares dos quais passaram os nossos entrevistados e são as realidades objectivas encontradas nas famílias consideradas como um campo no qual decorrem experiências determinantes para a formação dos indivíduos.

Schutz (1979) reconhece que os indivíduos nascem e encontram uma realidade já pré-estabelecida que precisam de interiorizar de modo a aprender a estar em sociedade e a se comunicarem com os outros. A família é primeira instituição na qual os indivíduos são socializados – embora hoje existam creches para bebés – e aprendem as normas, pelo que tem pouca possibilidade de se contrapor ao que está definido nesse campo. No quarto depoimento verificamos um sentido de obediências ou de procura de cumprimento das normas familiares, embora se aponte para momentos nos quais não se cumpria com as normas pelo que entrava em conflitos com o pai.

O conflito entre as normas dentro de diferentes espaços é um fenómeno considerado normal a toda sociedade, pois o indivíduo como um actor social procura encontrar formas de vivenciar suas experiências de forma autónoma o que, por vezes, não vai de encontro com o que se espera dele. Touraine (1994), na sua proposta teórica sociológica

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

recomenda que os indivíduos sejam concebidos como actores sociais dotados de razão e de livre arbítrio no sentido de oporem as normas e valores impostos pelas instituições de modo a adoptarem lógicas próprias de autoconstrução.

Alguns dos entrevistados afirmam que procuravam manter-se dentro dos limites impostos pelas normas familiares, o que nem sempre foi possível, pois a realidade social é, afirma Berger e Luckmann (2004), naturalmente dialéctica, conservando potencialmente as possibilidades de ir contra o discurso da ordem mesmo quando não é esta a nossa vontade. É esta procura de manter a sua conduta dentro dos imperativos normativos que fez com que encontrássemos formandos que afirmaram não terem passado por nenhuma situação problemática dentro da família, como podemos observar quando Albertina de 22 anos de idade afirma que *“não tive nenhum problema de grave. Apenas pequenas situações normais para qualquer pessoa, que não significa rejeitar as normas dentro de casa”*.

A liberdade⁵ que os progenitores dão aos seus filhos não implica que não haja normas que não podem ser transgredidas, pelo que foi-nos possível identificar casos nos quais, tendo afirmado que viviam em casa com poucas exigências, identificaram-se eventos problemáticos, como podemos constatar nos dois depoimentos que se seguem:

“Com o meu pai em particular foi quando engravidei em 2011 ele se zangou porque calhou numa altura em que Malatane estava a publicar as listas de nomes para formação e o meu também estava lá. Um dos meus tios foi quem estava a frente do processo ligou para meu pai para saber por que não estava na formação, então foi quando se descobriu que eu esta grávida”. (Celestina de 25 anos de idade)

“Foi com meu pai, quando me expulsou de casa durante três meses porque descobriu que eu namorava com mulheres mais velhas em relação a minha idade”. (Francisco de 26 anos de idade)

“Na família, foi com meu pai quando engravidei uma moça e ele me expulsou de casa, fui viver na casa do meu tio paterno; E meu tio achou isso justo, procurou conversar com meu pai, mas a resposta e que eu podia voltar a casa, mas não com miúda e na

⁵ O conceito de liberdade é considerado sob ponto de vista dos próprios entrevistados como a abertura que pais dão, permitindo que eles disponham de espaços dentro dos quais possam fazer algumas escolhas e as materializar sem, contudo, ultrapassar os limites estabelecidos dentro do campo familiar.

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

ocasião o meu pai disse que ela deveria ir viver com pais, dois dias depois foi falar com os parentes da moça onde lhe foi exigida uma multa de 10.000,00MT; Tempo depois soube que ela já não estava grávida e que os pais a levaram para viver em Vilanculos, desde essa altura nunca mais a vi” (João de 20 anos de idade)

As três situações anteriormente descritas como problemáticas são bastante relevantes no que diz respeito à trajectória dos nossos entrevistados e a compreensão da construção da identidade, pois reflectem a forma como estes lidam com as normas impostas dentro da família. Tanto num como noutro caso estamos diante de uma situação de transgressão de normas familiares, o que reflecte um conflito entre estas e a forma como os autores dos depoimentos orientam as suas acções.

É importante olhar para ter estado grávida e o ter estado a namorar com mulheres mais velhas como acções que reflectem uma intencionalidade por parte dos actores. Por um lado, são indivíduos que já conheciam as normas impostas dentro do contexto familiar e, por outro, tinham a consciência de que engravidar e namorar com mulheres mais velhas são práticas não admitidas pelos seus progenitores. Ainda assim, incorreram nestas práticas.

Vamos nos reter num parágrafo para fazer um breve historial sobre a gravidez e a dependência dos pais. De acordo com Pappámikail(2010), no modelo tradicional de transição de uma fase de vida para a outra, a construção de uma família ocorria depois de se ter uma independência financeira com relação aos pais, reflectindo um encontro de autonomia e independência, ou melhor, os filhos tornavam-se autónomos quando conquistavam a sua independência. Contudo, nas sociedades contemporâneas (modernas) os filhos tornam-se autónomos (constroem família) ainda dependentes dos pais, pelo que são cada vez mais crescentes situações de pais que entram em choque com filhos por causa dessas ocorrências.

Estas são passagens da vida dos nossos entrevistados que, de uma forma ou de outra, fazem parte da sua biografia e do seu estoque de conhecimento. Por exemplo, na primeira situação a gravidez atrasou a entrada da interlocutora para a polícia, que podia ter acontecido momentos antes. Deste modo, compreender a entrada desta na polícia no curso sobre o qual incidimos implica a compreensão destas experiências. É neste

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

sentido que estas experiências dentro da família tornam-se importantes para compreender a construção da identidade.

Os dados aqui interpretados revelam que, enquanto uma parte dos polícias com os quais trabalhamos, ainda no contexto familiar procuravam manter uma postura de obediência, seguindo, incorporando e materializando os princípios normativos impostos, outros já na família começavam a transgredir as normas impostas.

4.2.2. Experiências nos grupos de pares

Orientando-nos com base na lógica de apresentação dos resultados adoptada nas secções anteriores, procedemos com a discussão das experiências vivenciadas nos grupos de pares e nas comunidades onde residiram. Neste ponto privilegiamos os tipos de amizades, o conhecimento aprendido e os problemas enfrentados.

Os grupos de pares são apontados como o segundo espaço no qual os indivíduos entram em contacto com normas e valores. Berger e Luckmann (2004) afirmam que nestes espaços os actores sociais passam por uma socialização secundária, podendo incorporar normas que entram em conflito com as normas impostas na família, dependendo da natureza de cada grupo. Vejamos nos depoimentos a seguir o conhecimento que os polícias entrevistados aprenderam nestes grupos:

“Aprendi que há necessidade de separar amizades, ter amiga e amigas o que significa que amiga é aquela que deves sempre contar com ela e até partilhar vários momentos da vida, amigas são sempre companheiras, saber apoiar amigas sempre que possível”
(Celestina de 25 anos de idade)

“Muita coisa, a ser solidária, ajudar os outros, a me colocar no meu lugar em função daquilo que tenho como disse perdi meus pais, e sou a mais velha então as coisas não foram fáceis para mim. Eles me aconselhavam” (Albertina de 22 anos de idade)

“Aprendi muito porque mesmo a questão de trabalhar fomo-nos incentivando entre amigos”. (Francisco de 26 anos de idade)

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

“Aprendi muito, e essa questão de ser polícia foi uma ideia traçada entre amigos e alguns de nós concretizamos o sonho embora algumas preferiram ir a Terra do Rand (RSA)”. (João de 20 anos de idade)

Os depoimentos mostram que nos grupos de pares os entrevistados entraram em contacto com outra realidade que, não sendo continuidade com a realidade da família, não entrava em choque com esta. Até porque no segundo depoimento os amigos passaram a servir de conselheiros, desempenhando o papel que seria desempenhado pelos pais caso estivessem vivos. No terceiro e quarto depoimentos, encontramos um elemento transversal fundamental, que é a valorização do trabalho.

Vemos que os entrevistados reconhecem que entre amigos aprenderam ou foram estimulados a trabalhar e no caso específico do quarto depoimento vemos que a própria ideia de entrar para a polícia foi traçada entre amigos. Estes elementos são fundamentais, pois, podemos encontrar aqui o fundamento para a procura de trabalho, assim como para entrada na polícia. Ao estudar a construção da identidade, Maciel (2009) afirmou que a escolha desta profissão pode ser feita por uma questão racional ou por indicação familiar sem que se pense antes nas suas implicações. Neste caso vemos que se trata de um projecto construído e partilhado conjuntamente entre amigos.

Este momento de construção e partilha de uma ideia da profissão que deveria ser seguida pelos membros do grupo de amizade é importante para a leitura da trajectória dos entrevistados, uma vez que, o que pode estar em causa, pode não ser só o ser polícia, mas também que tipo de polícia se pretendia ser. Recordemos que Dubar (1997), ao falar da construção da identidade afirma que é na biografia onde os indivíduos encontram imagem ou elementos aos quais podem recorrer para assumir determinados papéis que lhes são impostos em situações presentes.

Porém, não podemos nos esquecer de que Schutz (1979) afirma que a reflexividade dos indivíduos faz com que os significados sejam alterados em função do tempo, sendo que o que tinha um sentido no passado, pode não ter o mesmo sentido no presente e ter, ainda, outro sentido enquanto futuro. A ideia de ser polícia, no momento da sua construção no grupo de amizade do entrevistado tratava-se de uma ideia futura, porém, na altura da realização da nossa pesquisa já era uma ideia passada que possa ter sofrido suas alterações em função das experiências que foram sendo vivenciadas. Veremos mais

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

adiante quando discutirmos os motivos que conduziram os polícias a enveredar por esta profissão.

Do mesmo modo que encontramos nas famílias, nas experiências nos grupos de pares dentro das comunidades de residência encontramos também entrevistados que afirmaram nunca ter passado por situações que consideram problemáticas, como foi o caso de Francisco de 26 anos de idade, que afirmou: *“não tive nenhum problema com meus amigos”*. Enquanto alguns afirmam não terem tido problemas, os outros apontam para algumas situações, como podemos verificar nos depoimentos a seguir:

“Como disse tinha uma amiga que a considerava irmã pelo tipo de amizade que tínhamos, mas uma das vezes descobri que comíamos no mesmo prato isto épartilhávamos o mesmo parceiro, eu não suportei decidi romper a amizade; e desde essa altura evito as amizades” (Celestina de 25 anos de idade)

“Uma vez vínhamos do BigBrothers, e fomos interpelados pela polícia, mas éramos três meninas e a nossa casa estava próxima e disseram nunca mais andar de noite e saímos a correr para casa”. (Albertina de 22 anos de idade)

“Um dia desses, saímos de noite para beber. E quando houve confusão onde estávamos então numa tentativa de acudir, desapareceram telefones e "nós" eu e meu amigo fomos acusados e notificados o que culminou com a decisão de se pagar os bens. Dai que jurei que, mesmo que encontrasse vizinho em circunstâncias de género, simplesmente vou passar fazer de conta que não esta acontecendo nada, porque depois que algo desaparece fico culpado”. (João de 20 anos de idade)

Dentre outras situações problemáticas identificadas apresentamos estas por trazerem elementos que compreendemos serem relevante de serem interpretados. No terceiro depoimento destacamos o facto de o polícia entrevistado ter adoptado o princípio de não ajudar a ninguém que esteja a precisar de ajuda, uma vez que se envolveu em problemas por ter tentado acudir. Já no segundo tratasse de uma situação na qual se depara com polícia que depois libertam o grupo de mulheres no qual estava inserida a entrevistada.

São duas situações onde os problemas apontados implicam o contacto com polícias. Na perspectiva de Schutz (1979), o contacto entre os actores e determinadas realidades é fundamental para que esta seja apreendida pela consciência, pois uma vez vivenciada a

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

experiência é suficiente para que se construa a informação e conhecimento que acumulamos ao longo da nossa vida e aos quais recorremos. Estes acontecimentos que são experiências passadas são, de acordo com o autor, de capital relevância para a atribuição dos significados das experiências presentes, por isso, não podemos perder de vista quando estivermos a analisar a construção da identidade de polícia.

4.2.3. Experiências no campo escolar

Entramos agora para a discussão das experiências vivenciadas no campo escolar, na qual nos limitamos a valorizar três pontos, as amizades construídas, a relação com os valores e os problemas enfrentados.

De acordo com os dados, em função dos interesses do nosso trabalho podemos identificar duas posições ocupadas pelos entrevistados no que diz respeito ao tipo de amizade que procuram construir nas escolas pelas quais passaram, sendo que uns ligaram-se a amigos calmos e outros a amigos que consideravam um pouco indisciplinados, como podemos constatar nos depoimentos que apresentamos a seguir:

“Brincava com todos, não se parava as amizades; foram todos amigos solidários. Gostávamos de conversar. Na 12ª tive mais uma amiga muito íntima, calma que até chegamos a nos mostrar as nossas casas e visitávamo-nos, alias para não dizer que nos fazíamos passar até de irmãs. Nos nossos tempos livres mais do que conversarmos, trocávamos ideias sobre namorado, porque nessa altura já namorava, e como estávamos na turma de pessoas crescidas no período nocturno, procurávamos aprender sempre muita coisa.” (Celestina de 25 anos de idade)

“Tive sempre bom relacionamento com amigas, gostava de conversar com as mesmas acerca de escola, namorado e novelas. São amigas que me aconselhavam, divertíamos, gostava de passear para esquecer algumas situações resultantes da perda da minha mãe” (Albertina de 22 anos de idade)

“Bons amigos, embora alguns deles foram interesseiros. Na 10ª classe tive amigos indisciplinados que chegaram ao ponto de fazer desaparecer o livro de turma. Isso me fez reduzir amizades para evitar situações de género. Divertíamo-nos jogando

"Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane"

Basquete, Futebol, nas sextas-feiras saíamos logo depois de voltar da escola para tchillar" (Francisco de 26 anos de idade)

"Eram bons amigos, calmos alguns ainda continuam amigos, saímos de vezes enquanto juntos para cervejar" (João de 20 anos de idade).

A entrada na escola pode marcar a filiação a outros grupos de pares que podem apresentar comportamentos diferentes ou semelhantes com as amizades já formadas. No seio dos nossos entrevistados a natureza dos amigos não sofreu muitas alterações, tendo-se encontrado situações nas quais os entrevistados fizeram amizades nas escolas com colegas que tendiam a apresentar comportamento que traziam consigo das comunidades de residência. Tanto o primeiro, segundo, como o quarto depoimento, reflectem situações nas quais os polícias entrevistados passaram por situações semelhantes.

No primeiro depoimento as boas amizades, companheiras e conselheiras não diferem daquelas apontadas nas amizades formadas nas comunidades de residência. Assim como no segundo, no qual as amizades nas quais experimentaram situações problemáticas, não identificamos diferença com relação às amizades que tinham construídas na comunidade. O terem encontrado colegas com estas tendências nas escolas, não constitui situação problemática para polícias, pois, o conhecimento que traziam consigo de outros grupo de pares permitiu que facilmente se associassem a estes novos amigos. Mas, não nos interessam explicações da formação desses grupos, é importante aferir as experiências vivenciadas.

Porém, o terceiro depoimento reflecte uma situação diferente, na medida em que o entrevistado associou-se primeiro a grupo de amigo indisciplinados dos quais sentiu a necessidade de se distanciar de modo a evitar situações problemáticas. Nesta situação o importante foi manter continuidade quanto ao tipo de amizades, pelo que manter-se no grupo de amigos indisciplinados constituiria uma ruptura com relação à conduta que vinha sendo adoptada nos grupos de amigos dos bairros de residência.

Na escola, em função dos grupos de amizades dos quais faziam parte, os entrevistados adoptaram diferentes formas de lidar com as normas. Alguns entrevistados procuraram garantir o cumprimento das normas. Ora vejamos o depoimento seguinte:

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

“Não era fácil, mas em algumas vezes gazetava as aulas isto na 10ª classe sempre que não gostasse de algum Professor meu. E como resultado eu cabulava muito porque não me preparava para teste”. (Celestina de 25 anos de idade)

“Sempre seguia as normas que nos eram dadas, fazia tudo que me mandavam fazer. Em sala de aula me comportava bem, aliás, sempre me comportei bem mesmo em Matalane sempre procurei-me comportar bem para não ser punido; tive sempre bom comportamento” (Albertina de 22 anos de idade).

“As regras não eram difíceis para mim porque se exigia mais a assiduidade, aprumo entres outros aspectos ligados a higiene pessoal.” (Francisco de 26 anos de idade)

“Era um pouco complicado, mas não gostava de gravata, acha muito arriscado porque acho que é fácil tirar vida de alguém. As vezes, punha gravata para entrar na escola, depois tirava no recinto e metia no bolso, uma vez que o controlo era mais no portão para entrar na escola e na sala não havia muito controlo. Isto acontece mesmo agora, aqui no somos obrigados a usar na gravata sempre que usamos a camisa de mangas compridas e não como disse não gosto evito sempre por camisa de mangas comprida.” (João de 20 anos de idade)

Diferente dos grupos de pares, o campo escolar tem uma lógica semelhante ao do campo familiar no que diz respeito à imposição das normas. Ou melhor, que transcende a familiar pelo facto de as normas impostas estarem legalmente estabelecidas e explicitamente apresentados. É na escola onde de acordo com Mead (apud Crespi, 1997), se fala do Eu generalizado, para se referir que na escola o actor social começa a ver as diferentes situações não só, do seu ponto de vista, mas também sob ponto de vista do outro que interfere na construção dessa mesma situação, pelo que, o meu Eu depende do Eu do outro.

Deste modo, os grupos de amizades formadas podem ter suas regras internas, mas estas não podem de modo algum ir contra as regras vigentes no campo escolar. Porém, como a sociedade é feita no aqui-e-agora dos actores sociais essas normas são continuamente reinterpretadas e sujeitas à reprodução ou transgressão. Os quatro depoimentos reflectem duas situações vivenciadas dentro da trajectória social. A primeira é daqueles que afirmam que procuram cumprir com as regras dentro da escola, acrescentando que o

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

mesmo comportamento procurou-se adoptar ao longo da formação no centro de Matalane.

Este acto de reprodução não pode ser visto como simples resultado da força de imposição dos mecanismos das escolas, não obstante reconhecermos que como uma instituição, sugere Foucault (2007) tenha o seu corpo de técnicas e mecanismos de imposição da ordem. Antes, é um acto intencional do entrevistado no sentido de seguir as regras. Na linha de Schutz (1979) a intencionalidade da qual está dotada a consciência do actor social conduz a capacidade de escolha destes e de criação de meios para a satisfação dos seus interesses. Deste modo, a reprodução das normas é um acto deliberado dos polícias resultante de uma conduta que se procura preservar ao longo da trajectória.

A mesma interpretação é válida para os primeiros e quarto depoimentos, embora seja uma tendência diferente. Neste extracto de entrevista, os autores referem-se a uma situação na qual transgridem conscientemente uma norma escolar. Este e outro comportamento conduzem a situações problemáticas nas quais se incorre a punições, como ocorre na situação seguinte:

“Uma vez atrasamos as aulas e pulamos do murro, quando nos foi descoberto fomos punidos fazendo limpeza na escola durante uma semana”. (Celestina de 25 anos de idade)

O acto de gazetar, o acto de saltar o murro da escola são acções cometidas conscientemente, pois se sabia tratar-se de proibições, mas que mesmo assim foram infracções cometidas. Estes momentos biográficos são importantes para a construção da identidade polícia, uma vez que, este processo ocorre num campo onde também existem normas e mecanismos de sua imposição. Estas experiências colectivamente vivenciadas são subjectivamente acumuladas. Assim, são estes os momentos que importam captar para encontrarmos elementos da biografia dos polícias que tenham influenciado para a construção da sua identidade ao longo da sua formação.

4.2.4. Experiências no trabalho

Finalizamos a discussão da trajectória social dos entrevistados discutindo os dados referentes ao mercado de trabalho na qual destacamos os seguintes pontos: o percurso profissional e os motivos para ingressar na formação profissional. O trabalho é um espaço de construção da subjectividade muito importante dentro de qualquer sociedade, embora possa ser degradante (Marx apud Luz, 2008) ou construtor (Durkheim, 2005).

Embora Beck (1997) defenda que caminhamos para sociedades sem trabalho, defendemos nós, que experiências muito importantes na vida das pessoas, continuam sendo vivenciadas no trabalho, pelo que é imprescindível fazer sua análise quando queremos compreender biografias. Deste modo, questionamos os entrevistados sobre as suas primeiras experiências com trabalho:

“Porque estava desocupada, participava do programa de Geração Biz era mesmo para me ocupar não via como trabalho para o futuro” (Celestina de 25 anos de idade)

“Nunca trabalhei, este (na policia) é meu primeiro emprego, mas, já fui empregada de uma criança quando a mãe fosse ao trabalho”. (Albertina de 22 anos de idade)

“Meu primeiro trabalho foi como pedreiro, fiz esse trabalho porque precisava de dinheiro para custear minha escola. Mudei porque achei não seguro ou então não era trabalho de garantia e porque era conta própria e isso depende só e só do seu estado de saúde, quando se esta doente tudo fica estagnada”. (Francisco de 26 anos de idade)

“Primeiro trabalhei no STAE como Membro da mesa de voto (MMV), depois trabalhei como segurança privada; e mais tarde concorri para Matalane e fui seleccionado, assim deixei esse trabalho de segurança para me formar como polícia”. (João de 20 anos de idade).

Vemos assim, que ao longo do seu percurso os entrevistados entregaram-se ao trabalho por diferentes motivos. No primeiro depoimento vemos que o primeiro trabalho que se desempenhou, deveu-se a falta de ocupação não havendo, aqui, o interesse de ganho monetário. Já no quarto depoimento importa destacar que tratasse de um polícia que passou por muitos trabalhos pelo que tem um conhecimento acumulado que lhe permite saber como lhe dar com situações de trabalho. Este terceiro, esta na mesma linha do quarto, todavia, neste fica clara a intenção racional na busca de trabalho.

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

Embora o dinheiro constitua um elemento-chave na busca pelo trabalho, a segurança e a protecção são elementos também condicionantes para enveredar-se por esta ou aquela profissão ou mesmo instituição. Alguns autores como Oliveira (2004), defendem que nas sociedades contemporâneas os indivíduos estão mais preocupados com formas de trabalhos mais flexíveis, contractos a curtos prazos de modo a serem mais livres. Contudo, autores como Santiago (2007), insistem na ideia de que as pessoas preferem empregos mais seguros de contractos vitais. O quarto depoimento revela a valorização da segurança e protecção em detrimento da flexibilidade.

No segundo depoimento, embora se afirme que nunca teve trabalho, compreendemos ser relevante que ser empregada doméstica é tipo de trabalho que deve ser integrado na nossa análise, pois esta assume uma perspectiva social e não legal. O que interessa é o conhecimento acumulado na biografia com a experiência de emprego. Até porque esta condição foi determinante para que se enveredasse pela polícia como podemos ver no depoimento desta entrevistada ao qual associamos outros que explicam o contexto de entrada na polícia. Vejamos os depoimentos aos quais nos referimos:

“Fui à polícia para ganhar dinheiro, depois da confusão de gravidez não tive mais alternativa se não procurar algo para fazer”. (Celestina de 25 anos de idade)

“Porque sempre ambicionei estar no aparelho do estado, mas também porque passei numa empresa como agente de segurança então achei melhor dar continuidade me formando como polícia”. (João de 20 anos de idade)

“Não só por gostar do trabalho do meu Pai, mas sempre fui persistente na mudança, entrei na polícia com objectivo de combater a criminalidade, e corrupção”. (Francisco de 26 anos de idade)

Fizemos referência anteriormente que os dados deste trabalho confirmam a ideia segundo a qual os actores ainda pautam pelo emprego seguro e contracto vitalício. Esta preocupação faz com que o interesse pela entrada no aparelho de Estado seja motivo para se entrar na polícia. Nestes casos a entrada na polícia foi influenciada pelo que Schutz (1979) designa de “motivos por que” para se referenciar àquelas situações nas quais os indivíduos agem em função do alcance de um interesse ou de um objectivo. É

uma acção racionalmente conduzida. O interesse é entrar para o Estado e a polícia é um meio para atingir esse fim.

No primeiro depoimento a situação é contrária. Vimos nas secções anteriores que a autora do terceiro depoimento tem um tio na polícia e não entrou antes porque ficou grávida. Tendo necessidade de trabalhar só podia enveredar pela polícia onde tinha facilidade. Assim, é a sua posição familiar e a condição de mãe que lhe fez entrar para a polícia, pois era uma instituição na qual tinha facilidade de entrar. O autor do último depoimento segue a mesma lógica de acção, na medida em que o seu contacto com um pai polícia e suas experiências passadas o conduziram a entrar para a polícia,

Este processo de ingresso na polícia tem por detrás o que Schutz (1979) designa de “motivos para que” para se referenciar àquelas situações nas quais experiências passadas conduzem a acções presentes. Isto é, em função do seu passado os indivíduos não podiam agir de outra maneira. Uma interlocutora, querendo trabalhar, foi para a polícia porque já tinha sido aceite antes de estar grávida e outro já tinha sido influenciado pelo pai e por outros, em outros contextos.

Discutimos dados referentes a experiências vivenciadas na família, nos grupos de pares, nas escolas e no trabalho como forma de aprofundar um pouco a trajectória social dos entrevistados dentro da qual constituíram as suas biografias. A interpretação revela que, de um modo geral, existe uma continuidade na forma como os polícias construíram a sua relação com as normas em diferentes campos dos quais passaram.

4.3. Valores e normas transmitidos ao longo da formação do polícia

Neste subcapítulo vamos analisar e interpretar dados que dizem respeito às normas e valores transmitidos na formação policial no centro de formação de Matalane, pois é a partir deste que se busca construir uma identidade de polícia nos formandos. Este centro é instituição social, logo, apresenta normas e valores que são impostos a todos aqueles que se encontram no seu interior e que interessa determinar o comportamento.

Antes de entrarmos para estas normas e valores começemos por apresentar as concepções de polícias que os entrevistados encontram dentro do centro, pois estas

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

configuram o tipo ideal de polícia que se procura criar ao longo da formação. Para usar as palavras de Schutz (1979), essas definições oferecem modelos tipificados que orientam as acções dos actores. Vejamos os depoimentos daqueles polícias que se recordaram das definições:

“Polícia é um educador. Polícia é um espelho da nação”. (Celestina de 25 anos de idade)

“Homem apartidário, pessoa que zela pela segurança e tranquilidades pública. Não tem direito de fazer greve” (Francisco de 26 anos de idade)

“É um elemento paramilitar, apartidário, que no exercício de suas funções deve agir com restrita observância da lei” (João de 20 anos de idade)

Nestes depoimentos estão presentes, alguns indicadores integrados na categoria de polícias. O ser educador, apartidário, obediência à lei, zelador pela segurança e tranquilidades pública, não fazer greve são apenas características que definem a identidade do polícia sob ponto de vista da sua virtualidade, pois a sua incorporação na prática está sujeita a muitas variações em função da forma como cada formando vivencia o processo de formação.

O que importa do momento é saber que existe um polícia, que procuram criar no ambiente da formação. Os formadores têm o que Goffman (2003) designou de idealização referindo a uma imagem que os indivíduos assumem como sendo o que eles gostariam de ser tornar. O mesmo autor apresenta o conceito de instituição total para se referir a capacidade destas instituições de moldar as subjectividades dos indivíduos, mortificando a identidade que traziam com eles antes de passarem pela formação.

A intenção da mortificação é apenas um ponto de partida para analisar o funcionamento de instituições, sendo necessário olhar para experiências particulares de modo a aferir a forma como os actores sociais lidam com as práticas de mortificação, pois a identidade é um processo de autoconstrução e não de simples imposição exterior, como nos faz saber Schutz (1979). Porém, para já nos limitemos a analisar o centro de formação de polícia sob ponto de vista da sua disposição objectiva.

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

Este centro apresenta um conjunto de normas e valores que são transmitidos aos formandos ao longo da formação. Algumas destas normas e valores estão apresentadas nos depoimentos seguintes:

“Não toleravam indisciplina como furtar bens dos outros, injúrias, racismo, tribalismo. Quando isso acontecesse expulsavam. Não se ficava de roupa civil, a roupa era lavada aos domingos logo pela manhã até 10h00; Havia restrições em certos locais a atravessar no recinto do centro, se tivesse que o fazer não podia andar sozinho, porque o polícia não deve andar sozinho, mas em três e ou mais”. (Celestina de 25 anos de idade)

“Comportar-se bem, cumprir com que era mandado fazer. Mesmo que te insultassem com ou sem razão tinhas que cumprir, respeitar os chefes” (Albertina de 22 anos de idade).

“Proibido beber ao longo do curso, não namorar no Centro, andar sempre a três e a correr como militar.” (Francisco de 26 anos de idade)

“Cortar careca, barba, andar a três e sempre a correr, aplicar continência sempre que se esta perante um dirigente ou mesmo colega” (João de 20 anos de idade)

No primeiro valor identificamos um princípio valorativo central e primordial no centro de formação. Referimos ao princípio de obediência que os formandos devem materializar com relação aos seus superiores. De acordo com Rodrigues (2010), a polícia tem como elemento central o imperativo de obediência, os subordinados têm com relação aos seus superiores. Este princípio é que garante a verificação de outros princípios que são transmitidos e impostos pelos formadores.

Conservar o cabelo cortado, aplicar continência perante um superior ou colega, entre outras obrigações que o leitor pode verificar nos depoimentos são traços identitários inerentes a imagem de polícia que se constrói no centro de formação e procura-se garantir que os formandos incorporem. Schutz (1979) afirma que os actores sociais nascem e encontram um mundo já constituído que devem incorporar para que possam se comunicar. Deste modo, o centro policial de formação é um ambiente comum no qual o aplicar continência e outras práticas são tipificações por meio das quais os actores integrados neste ambiente se relacionam.

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

Foucault (1970) observou que o poder não apenas exerce-se sobre a conduta em si, mas também sobre o corpo físico, na medida em que os gestos, os movimentos já estão tudo pré-definido e devem ser incorporados pelos indivíduos que se encontram no campo autónomo em referência, nestes casos específico, o centro de formação profissional. Assim, a continência é um gesto corporal que recorda os polícias em formação sobre a sua posição inferior com relação aos seus superiores. Nos termos de Bourdieu (1998), podemos falar de violência simbólica da qual são vítimas os formandos.

Estas tipificações encontram-se no centro de formação na sua dimensão objectiva e acessíveis para os formandos de modo a garantir que estes possam a elas recorrerem e auto-construir-se. A aplicação destas normas e a transmissão destes valores não podem por si só garantir a sua interiorização por parte dos indivíduos visados, uma vez que, estes vivenciam a realidade objectiva de forma subjectiva. É neste sentido que ao centro de Matalane, como qualquer outra instituição social, apresenta um corpo de sanções a serem a aplicadas aos formandos que não agirem de acordo com o que está pré-definido.

Embora todos os entrevistados tenham enumerado estas sanções, os dois depoimentos abaixo são representativos, como podemos aferir:

“Dependia do chefe da ordem e segurança, mas as mais comuns mandar capinar em hectares bem grandes, abrir uma facha e ou uma mata, regar jardins, lavar panelas, escalar na cozinha durante uma semana, ir levantar pão por volta das 4horas e manteigar para todos os colegas” (Celestina de 25 anos de idade)

“As sanções eram várias, dependendo de cada chefe. Existiam aqueles que perdoavam de imediato, mas outros puniam de 15 há mais dias ou até quando o próprio chefe se cansar, dentre várias existiam as mais comuns: mandavam ir a torneira e molhar-se todo o corpo (com o seu único uniforme) e seguidamente rebolar no chão; lavar cerca de 50 panelas grandes sozinho, mandavam correr sem descansar; batiam” (Albertina de 22 anos de idade)

“Várias sanções, algumas delas são regar o recinto do centro onde se içava a bandeira, durante uma semana logo pela madrugada. Lavar panelas durante uma semana” (Francisco de 26 anos de idade)

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

“Havia várias punições que variam de 15 dias ou mais, ou seja, dependia de quem te encontra em flagrante. Dentre as várias, temos as seguintes: lavar 47 painéis enormes sozinho, táticas de guerrilha (50 vezes flexões sem parar), batia, mandar se molhar todo o corpo e rebolar na areia sem trocar de roupa” (João de 20 anos de idade)

A existência de um conjunto de sanções já é um indicativo do reconhecimento de contingências quanto ao cumprimento das normas e incorporação dos valores. Existe em Matalane a consciência de que os formandos podem ou não agir como é recomendado. No final das contas a sociedade não é reproduzida como pretenderam fazer entender alguns dos primeiros teóricos da sociedade, como Parson (apud Crespi, 1997).

Mesmo que os actores tenham a capacidade de reconstruir os códigos objectivamente disponíveis, é importante não banalizar e menosprezar o poder das sanções. Foucault (2007), ao escrever vigiar e punir demonstra que, a forma como o sistema penitenciário (sob ponto de vista do corpo de punição) garante a submissão de grande parte da sociedade. A consciência que os formandos têm com relação à existência destas sanções e as circunstâncias nas quais estas são susceptíveis de serem aplicadas exerce um poder sobre estes no sentido de procurarem não incorrer na sua aplicação sobre si. Ainda assim, chamamos a atenção para a necessidade de não perder de vista que o cumprir ou não uma norma, o incorporar ou não um valor, é um acto intencional, é uma escolha do indivíduo que é conduzido pelos seus interesses.

Berger e Luckmann (2004), falando sobre a questão da transmissão das ideologias nas sociedades defendem que a adesão de um indivíduo a um conhecimento ideológico é condicionada pela busca de satisfação de determinados interesses. Neste diapasão, os formandos continuam agindo de forma consciente e intencional quando reproduzem as normas transmitidas no centro de formação independentemente das sanções estabelecidas para serem aplicadas.

Seguindo esta linha de interpretação, fechamos esta secção afirmando que os dados aqui discutidos são uma porta de entrada para a compreensão da construção da identidade, visto que, esta não ocorre no nada, mas sim por meio de sistemas de signos pré-construídos que se objectivam e naturalizam com o tempo. A definição de polícia, os valores que esta categoria incorpora e as normas impostas aos formandos para que se

tornem este polícia são elementos que estão dispostos e tornam-se acessíveis ao polícia em formação. Recordar que durante a formação, os formadores fazem a questão de repetir as normas e os valores vigentes, visto que, assumem que a repetição é um mecanismo relevante de garantir o seu cumprimento.

4.4. Construção da identidade de polícia dos recém-formados

Neste subcapítulo introduzimos a discussão sobre o processo de construção da identidade de polícia pelos formandos do centro de formação de Matalane. Ao longo da discussão que realizamos a seguir procuramos analisar a influência que a biografia dos entrevistados tem neste processo, visto que, - só para recordar – o argumento deste trabalho é de que o momento de construção da identidade em uma situação biográfica, na medida em que é influenciado pelas experiências vivenciadas ao longo da vida.

Consideramos que o processo de construção de identidade tem adjacente uma tipificação ou um tipo ideal de imagem que se procura materializar. Deste modo, é importante identificar o tipo ideal de polícia que os entrevistados constroem e que procuram materializar ao longo da sua formação, assim como a sua construção está enraizada na sua biografia. Para o efeito procuramos saber junto dos interlocutores como é que concebiam o polícia que eles procuraram ser no processo de formação pelo que os dados possibilitaram-nos construir duas categorias, onde a primeira é de polícia como defensor da pátria e a segunda de polícia como pessoa que enfrenta situações difíceis no seu quotidiano. Analisemos pormenorizadamente cada um destas categorias.

4.4.1. Identidade do polícia como defensor da pátria

A primeira categoria a discutir é esta de polícia como defensor da pátria. Nesta discussão, em função dos entrevistados que assumem esta concepção, procuraremos encontrar na sua biografia elementos que tenham influenciado ao longo da procura da construção desta identidade durante a formação dentro do centro. Não perdemos de vista a relação que os entrevistados têm com as normas e valores impostos dentro deste centro.

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

De acordo com os dados, como qualquer outra idealização, esta incorpora alguns traços característicos, como podemos aferir nos depoimentos abaixo:

“É função de polícia defender a pátria e cumprir com as ordens; eu sou polícia de protecção para proteger o povo”. (Albertina de 22 anos de idade)

“Homem apartidário, pessoa que zela pela segurança e tranquilidades pública. Não tem direito de fazer greve” (Francisco de 26 anos de idade)

Verificamos que neste depoimento existe um espírito de cumprimento da lei, das regras transmitidas na formação e das ordens dos superiores. Esta concepção de polícia condiz com a concepção construída e imposta no centro de formação, pelo que podemos afirmar que os entrevistados desta categoria encontram nas regras e normas policiais elementos para a sua autoconstrução como policial.

De uma forma geral, podemos verificar que esta idealização de polícia reflecte aquele polícia seguidor das leis. Tratando-se de biografias – que são particulares – alguns elementos devem ser analisados isoladamente. No caso da autora do primeiro depoimento, podemos observar que o sentido de obediência e cumprimento das normas é transportado desde as suas experiências no campo familiar e nas escolas. É só nos recordarmos que, ao falar sobre a relação com as normas da escola tinha-nos referenciado que, procurava manter-se na linha e que em Matalane o comportamento não seria diferente. Deste modo, a trajectória que fez ao longo das suas experiências conduziu a construção de uma identidade polícia que tenha como princípio de orientação as normas transmitidas.

Para o caso do autor do segundo depoimento, o comportamento adoptado ao longo da sua trajectória não foi diferente, pelo que em todo este percurso afirmou não ter passado por situações problemáticas. Recordar que este polícia autor do depoimento em referência afirmou ter abandonado certas amizades na escola de modo a evitar incorrer em situação de transgressão de normas e/ou de práticas de indisciplina.

Nesta ordem de ideia o cumprimento íntegro da formação, independentemente das dificuldades e dos castigos, constitui um dever pessoalmente construído e assumido, o que fez com que não encontrasse nenhuma motivação para fugir das regras e dos valores

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

impostos e transmitidos, respectivamente. *“Bompolícia é aquele que segue regras de polícias”*, afirmou o entrevistado alegando ser uma ideia aprendida com amigos.

Compreendemos, nestes dois casos, que na biografia destes actores encontramos focados princípios de condutas que influenciam na forma como lidam com as normas. Vejamos de perto os seus depoimentos nos quais se referem à forma como lidavam com as normas:

“Seguia todas as regras porque não queria ser punida e porque as punições dadas eram e são bem dolorosas. Nunca gostei de punições” (Albertina de 22 anos)

“Muitas, sobretudo aquelas que me colocavam em risco de expulsão como furtar coisas alheias, abandonar o Centro sem autorização” (Francisco de 26 anos de idade)

O receio de incorrer em punições, principalmente de ser expulso – como sanção máxima – está presente em quase todos os discursos de nossos entrevistados. Neste sentido, torna-se importante olhar para o sentido que esse receio tem em cada situação. Pois Schutz (1979) nos faz saber que mesmo dentro da mesma cultura, ele constitui um campo subjectivo particular que, dentro de um mesmo ambiente vivido por outros sujeitos, lhe confere sentidos diferentes.

No primeiro depoimento este receio está associado às experiências passadas, na medida em que é um sentimento construído ao longo da sua vida na qual nunca se deu bem com castigos. Esta interlocutora sempre mostrou um sentido de cumprimento de normas e interiorização de valores impostos nos diferentes espaços. É olhando para este momento de interacção com as normas como uma situação biográfica que compreendemos o porquê da opção de cumprir com as normas.

No segundo depoimento, a experiência de cumprimento das normas é também influenciada por experiências passadas, que ganham sentido dentro de um projecto de vida traçada em tempos passados no seio da instituição familiar. O conhecimento que orienta o entrevistado ao cumprimento de normas foi acumulado nas experiências na família na qual o pai também foi policial e se assumiu uma rectidão no desempenho futuro da profissão. Esta partilha biográfica colectiva foi apontada por Schutz (1979) que afirmou, os significados das situações presentes são produzidos biograficamente em um mundo vivido colectivamente, assumindo um carácter prático.

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

O peso dos valores interiorizados no espaço familiar deve ser valorizado. Berger e Luckmann (2004) afirmam que a família, sendo o espaço onde ocorre a socialização primária – primeira socialização do ser humano – marca a biografia dos indivíduos, constituindo a subjectividade com base nas quais estes julgam e avaliam as situações que vivenciam ao longo do trajecto de vida. Para além do desejo de ser um polícia recto, o entrevistado do segundo depoimento passou sempre por trabalhos informais pelo que associado a este desejo estava o interesse de entrar para o aparelho de Estado, o que faz do medo de expulsão um facto orientador das suas acções, pois uma transgressão pode colocar em causa a satisfação de seus interesses. É neste sentido que compreendemos a ênfase no cumprimento de normas cujo não cumprimento possa conduzir a expulsão. Este medo faz sentido nesta linha biográfica e nos interesses construídos anteriormente para os quais a formação policial é um meio de sua satisfação.

Esta forma de lidar com as normas impostas e com os valores transmitidos leva os entrevistados à construção da sua identidade de polícia por meio de interiorização destes valores dispostos objectivamente embora tenham significados diferenciados para cada um. Vejamos nas próprias falas dos entrevistados:

“Polícia exemplar. Velar sempre pela lei e ordem nas comunidades”. (Albertina de 22 anos de idade)

“Comportar-se bem; não beber nem dançar na via pública enquanto estiver trajado do fardamento, estar sempre de uniforme incluindo chapéu e botas no exercício das minhas actividades” (Francisco de 26 anos de idade)

Estes valores foram incorporados pelos nossos entrevistados de modo a constituírem os traços identitários. A manutenção da lei, o comportamento exemplar, a materialização de um conjunto de valores transmitidos durante a formação no centro policial. Ainda, é motivo para dizer que estes elementos são reflexivamente incorporados, na medida em que os formandos têm esta capacidade de seleccionarem os elementos que compreendem irem de acordo com o seu ideal de polícia construído.

É motivo para dizer, seguindo a linha de argumentação de Júnior (2007), que, se existe uma cultura policial a sua construção deve ser vista a partir da perspectiva dos próprios policiais, pois não existe uma cultura abstracta sem sua materialização. Weber

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

(apud Galliano, 2001) afirmou que a sociedade assim como a cultura existem a partir de indivíduos que agem no seu quotidiano. A identidade de polícia é esta construída pelos indivíduos dentro de sua biografia ou de uma sequência de experiências.

4.4.2. Identidade do polícia como pessoa que enfrenta situações difíceis

Entramos na segunda secção de idealização da imagem de polícia construída por outro grupo dos entrevistados. Neste grupo encontramos aqueles entrevistados cuja forma de lidar com as normas e valores transmitidos e impostos durante a formação foi problemática, pois nem sempre optavam pelo seu cumprimento independentemente das sanções que estavam sujeitos a sofrer. Analisemos a seguir até que ponto esta forma de auto-construir-se ganha explicação dentro da biografia de cada um dos nossos entrevistados.

Os depoimentos que apresentamos a seguir reflectem a imagem de polícia idealizada:

“Pessoa formada para tudo, apto para enfrentar qualquer situação que encontra no seu trabalho”. (Celestina de 25 anos de idade)

“Polícia é uma pessoa preparado para lidar com qualquer tipo de pessoa e situação no seu dia-a-dia em função das situações encontradas” (João de 20 anos de idade)

É verdade que a formação policial consiste, dentre outros conteúdos, em transmitir o espírito de enfrentamento de situações nas quais o cidadão comum encontra-se sobre risco ou perigo. Tanto um, como outros entrevistados, autores dos depoimentos anteriores passaram, nas suas experiências, por diferentes problemas na família, nas escolas e nos grupos de pares. São mulheres que ficaram grávidas, antes do tempo determinado dentro da família, homens que, igualmente, engravidaram antes da hora pelo que sofreram reprovação familiar e chegaram a serem expulsos de casa. Logo cedo foram obrigados a arranjar meios de sobrevivência e enfrentamento das situações encontradas no seu quotidiano.

A ideia de estar preparado para enfrentar situações impostas pelo dia-a-dia resulta, de certo modo, deste conhecimento de que a vida implica o encontro com estas situações contra as quais são obrigadas a lutar. As formas de agir implicam, nalgumas

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

circunstâncias, a quebra de algumas regras. Seja por isso que os entrevistados destas categorias tenham afirmado que ao longo da sua trajectória houve transgressão de algumas regras. Para o caso do autor do primeiro depoimento, as experiências familiares nunca levaram a submissão a normas rígidas, pelo que, sempre teve certa margem de liberdade de agir de acordo com os seus próprios princípios. Enquanto para o segundo sempre houve imposição de normas, mas mesmo assim enveredou pela sua transgressão.

Podemos ver nos depoimentos a seguir como é que esses entrevistados e outros destas categorias lhe davam com as normas no âmbito de formação:

“Não segui devidamente, não por falta de vontade, olhava para algumas das regras como matrecada, isto é, mesmo aqueles que eu entrei e os encontrei não seguiam e por que eu devia seguir, somente por isso”. (João de 20 anos de idade)

“Procurei seguir algumas, mas nem todos. Só aquelas que achei importante e que punham em causa a minha permanência na polícia” (Celestina de 25 anos de idade)

O espírito de transgressão está expresso nestes depoimentos nos quais os polícias reconhecem. Esta forma de lidar com as normas e os valores impostos e transmitidos na formação, respectivamente, revelam uma continuidade nas experiências destes entrevistados. É com base nas experiências passadas que estes, independentemente das sanções susceptíveis de serem aplicadas, enveredam pela transgressão de algumas normas. Num dos casos, a transgressão consistiu em evadir-se do centro, o que é proibido pelo regulamento interno.

Esta forma de estar e se comportar dos entrevistados demonstra como as normas e valores são interpretados pelos visados a partir dos seus quadros interpretativos construídos com base nas suas experiências passadas. O que, para os entrevistados da categoria anterior, era ensinamento, para os desta categoria constitui “matrecada”, como se dissessem quem cumpre com essas regras é “matreco”.

Esta forma de lidar com as normas influencia nos valores interiorizados no âmbito da construção da sua identidade, como podemos aferir a partir dos depoimentos seguintes:

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

“Pontualidade no local de trabalho, respeito pela hierarquia porque são básicos. Mas, é por causa de estarmos num País, aonde nem tudo vai, somos obrigados a nos adaptar”. (João de 20 anos de idade)

“Não andar sozinho, sempre que estiver em missão de serviço. Não dar emprestado a arma. Procuro desempenhar funções da FIR, porque quando estão em missão de serviço não tem amigo e nem colega. A minha missão no terreno é operar tomando em conta o que encontramos no terreno”. (Celestina de 24 anos de idade)

Estes depoimentos demonstram que os entrevistados desta categoria tomam em consideração os valores transmitidos ao longo da formação, porém, dão mais valor as experiências que esperam vivenciar no seu dia-a-dia ao longo de desempenho da sua profissão. Está manifesto aqui um sentimento de que o conhecimento e valores transmitidos no centro de Matalane podem levar a construção de identidade policial desfasada das exigências de trabalho.

Este aspecto foi apontado por Rodrigues (2010), que a burocracia da instituição policial é muitas vezes um obstáculo para o desempenho da actividade do polícia, impedindo este de responder de forma rápida as exigências do terreno. Uma vez que o regulamento da formação estabelece a obediência, a hierarquia, o cumprimento das normas pode impedir a adaptação ao terreno. Mas, os polícias que estão propensos a passar por cima das normas são aqueles que tenham experimentado situações semelhante no seu passado, pelo que, encontram na sua biografia conhecimento que lhes permite desenvolver um comportamento de desobediência.

Chamamos atenção para o facto de a desobediência não implicar automaticamente desmandos por parte dos profissionais da polícia, pois encontramos casos de polícia nos quais se afirmou que procuram ser um *“polícia honesto, com muita responsabilidade. Pessoa diferente das outras; solidária (embora solidariedade não é característica de um polícia)”*. Ainda assim está expresso o sentimento de não cumprimento de ordem, pois afirmar-se, procurar-se construir um espírito de solidariedade não obstante a polícia não ser solidária.

Discutimos neste subcapítulo duas categorias identitárias de polícias, sendo uma é dos que afirmam-se como defensores da pátria e outra dos que afirmam serem enfrentadores

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

de situações difíceis. Enquanto os primeiros agem de acordo com o quadro normativo institucional e os segundos reconhecem o seu distanciamento em determinadas situações. Na tabela seguinte, apresentamos de forma sintética os espaços nos quais os indivíduos construíram e idealizaram o ser polícia em correspondência com a identidade construída ao longo da actividade:

Tabela 2: Síntese da trajectória social dos entrevistados

Campos de convivência	Polícia como defensor da pátria	Polícia como quem enfrenta situações difíceis	Total de entrevistados
Campo Familiar	1		1
Grupo de pares	1	2	3
Campo Escolar			0
Campo Trabalho		1	1
Instituição policial	2	1	3
Total de entrevistados	4	4	8

Fonte: Adaptado pelo autor

De acordo com os dados apresentados na tabela anterior, de uma forma geral e sintética, podemos observar os espaços por onde os entrevistados vivenciaram experiências significativas com bases nas quais construíram o ideal de polícia que pretendiam ser. Num total de quatro (4) entrevistados que afirmaram que se auto-constróem como polícias defensores da pátria, um (1) construiu o ideal de polícia dentro do campo familiar influenciado pelo facto de o pai ser polícia, que não sua perspectiva era um exemplo por seguir; um (1) construiu no grupo de pares onde juntamente com seus amigos concordaram que entrariam para a PRM e seriam polícias dispostos a servir a pátria; os restantes dois (2) aprenderam ao longo da formação e do exercício da sua profissão na instituição policial (Centro de Matalane), respectivamente. Importa-nos afirmar que estes são aqueles entrevistados que afirmaram que sempre procuram cumprir com as regras que lhes eram impostas nos espaços pelos quais participaram ao longo da trajectória, pelo que é compreensível que tenham pautado pela interiorização dos valores e normas que lhes foram e continuam sendo transmitidas.

O mesmo número de representantes observamos na categoria identitária do polícia como quem enfrenta situações difíceis, porém, aqui identificamos um (1) que construiu

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

o seu ideal de polícia no trabalho, outro na PRM e os outros dois (2) nos grupos de pares. Quanto ao primeiro tratasse do entrevistado que antes de ser polícia trabalhou como segurança pelo que decidiu dar seguimento a sua profissão no estado como uma instituição com garantias. Assim, foi nas dificuldades da profissão de segurança que este aprendeu que o ser polícia pressupõe enfrentar as mesmas adversidades. O segundo entrevistado, que construiu o ideal de polícia na PRM teve um percurso caracterizado por transgressões das normais que encontrava ao longo dos espaços onde participava. O mesmo se pode observar no que diz respeito ao caso dos dois entrevistados que aprenderam o modelo de polícia nos grupos de pares, estes também tiveram um percurso caracterizado por contradição com relação as normais. Esta tendência a subverter explica o facto de estes se construírem mais a partir do seu quotidiano nas ruas no exercício da sua profissão em detrimento dos valores e normais transmitidos na instituição policial.

Em termos de enquadramento teórico desta breve exposição, podemos afirmar que todo o indivíduo tem o conhecimento a mão, isto é, um conhecimento que põe em prática numa determinada situação, pois não faz o uso de todo que possui no seu estoque de conhecimento. Schutz (1979) afirma que, não obstante o indivíduo acumular um vasto conhecimento ao longo da sua trajectória social, ele não usa todos em simultâneo para vivenciar o seu quotidiano. Sendo assim, podemos compreender que dentro da trajectória dos polícias entrevistados nem todos os espaços foram determinantes, havendo aqueles espaços onde podemos identificar elementos significativos para a construção da identidade policial. A tabela mostra que no espaço escolar, não encontramos nenhuma experiência significativa para a construção da identidade de polícia.

CAPÍTULO 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscámos compreender neste trabalho a construção da identidade de polícia por parte dos agentes formados no centro de formação de Matalane. Tivemos como ideia de partida a consideração fenomenológica de que cada indivíduo é uma situação biográfica e é importante olhar para essa biografia para compreender as experiências presentes, nos casos analisados neste trabalho, a construção social da realidade.

Embora se assista um movimento intelectual no sentido de recusar as perspectivas biográficas, neste trabalho, esta perspectiva foi relevante ao permitir actualizar a visão fenomenológica e demonstrar que alguns elementos de experiências passadas influenciam na forma como os formandos constroem a sua identidade de polícia. Valorizamos experiências vivenciadas em quatro espaços, nas famílias, nos grupos de pares, nas escolas e no trabalho.

De uma forma geral, as experiências vivenciadas se resumem nas formas diferenciadas adoptadas para lidar com as normas impostas nesses espaços. Os dados revelam que alguns entrevistados optam por adoptar uma postura de submissão as normas e aos valores com os quais vão tendo contacto. Estes não encontraram problemas de relevo na sua trajectória, pelo que sua biografia está isenta de conhecimentos acumulados a partir de problemas enfrentados no que diz respeito a sua relação com as normas e valores.

Os dados revelam ainda que outros polícias sempre tiveram uma relação antagónica com as normas e valores, com os quais entraram em contacto nos diferentes espaços ao ponto de adoptarem comportamentos de transgressão. Estes entrevistados, afirmaram terem vivenciado situações problemáticas em função das suas transgressões, o que fez com que acumulassem conhecimentos relativamente à transgressão.

A entrada para a polícia teve por detrás diferentes motivações, sendo que podem ser agrupadas em dois grupos. Primeiro, daquelas que reflectem um acto racional no sentido de significar a satisfação de determinado objectivo, como a entrada para o aparelho do estado. O segundo grupo, abarca aqueles factores que encontramos no passado dos indivíduos, sendo que entraram para a polícia por encontrarem facilidades nos seus contactos passados sem ver se este era ou não o melhor meio para atingir os seus objectivos.

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

A entrada no Centro de formação implicou o contacto com um corpo de normas e de mecanismo de imposição. As normas e os valores são integrados no quotidiano da formação dos entrevistados aparecendo como tipificações disponíveis para os formandos construírem-se como polícia. O seu cumprimento é reforçado por um conjunto de sanções aplicadas em situações nas quais ocorre a sua transgressão.

Não obstante os entrevistados terem consciência das normas e valores, como das sanções aplicáveis caso não cumprissem, o sentido seguido diferiu de caso para caso em função da interpretação subjectiva de cada um que era informada pelo conhecimento acumulado e disponível na sua biografia. Os entrevistados que tiveram uma trajectória de cumprimento e de obediência das normas, tenderam a construir uma identidade que entra em harmonia com os valores transmitidos no centro de formação, pelo que, encontram neste os traços para a construção de sua identidade de polícia.

Os entrevistados que acumulam na sua biografia experiências de transgressão e incumprimento de normas apresentaram uma tendência em construir uma identidade que valorizava experiências particulares e uma ideia que tinham sobre a experiência de polícia embora não deixassem de apontar para alguns traços da formação que procuraram incorporar. Mas estes só seriam válidos para sua identidade caso ajudassem a responder aos desafios das actividades. A identidade de polícia dos entrevistados oscila entre os valores transmitidos na formação e os valores que eles mesmos constroem como relevante para o polícia que pretenderam se tornar.

Limitamo-nos a analisar a identidade no processo de formação sem incidir sobre o seu encontro com o exercício concreto da profissão pós-formação, pois compreendemos que o ponto de partida é no centro de formação. Contudo, seria relevante, para quem se interessasse estudar até que ponto estas identidades ajudam na operacionalização da actividade quotidiana de polícia.

Podemos, em função dos pontos sintetizados nesta parte final do trabalho concluir que, não obstante procurar-se desvalorizar a biografia como a base para os indivíduos vivenciarem suas experiências, este conceito continua tendo um valor analítico para a compreensão, especificamente, da identidade. Porém, não podemos de modo algum arriscar em defender que não se pode encontrar experiências que dão-se a partir de um aqui-e-agora sem referência ao passado.

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

Foi este esforço que realizamos para demonstrar, a partir de Schutz, que uma perspectiva da biografia pode ser combinada com outra que valoriza aspectos limitados particularmente ao contexto presente. Assim, esperamos que os princípios deste autor segundo o qual toda a experiência é uma situação biográfica não seja simplesmente abandonada, mas que seja reinterpretado e integrado nas abordagens sociológicas contemporâneas a partir da leitura biográfica.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER e LUCKMANN. *A Construção Social da Realidade.* 2ª Ed . Petrópolis Editora Vozes, 2004.

BREAKWELL, J. *Identidade social e representações sociais.* Um ligação entre. (s.ed), 1980.

BOURDIEU, Pierre. *Dominação masculina,* Paris, ED. Du Seuil, 1998.

CÔNSUL, J. C. D. P. Brigada Militar: identifique-se! *A Polícia Militar revelando sua identidade.* 2005. 278f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2005.

CRESPI, Franco. *Manual de Sociologia da Cultura.* Lisboa: Edditorial Estampa, 1997.

DAUSIEN, B. *Biographies und geschlecht.*Bremen, Donat, 1996.

DE CALAZANS, Márcia Esteves. *Policiais migrantes: identidade profissional em movimentos,* Porto Alegre, 2009.

DUBAR, C.A Socialização. *Construção das Identidades Sociais e Profissionais.* Porto, Porto Editora, 1997.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrolo: o que a globalização está fazendo de nós.* 3 Ed. Rio de Janeiro, Record, 2003.

GUIMARÃES, Juliany Gonçalves; TORRES, Ana Raquel Rosas;DE FARIA, Margareth R. G. V. *Democracia e violência policial: O Caso da Policia Militar,* Maringá, Psicologia em Estudo, 2005.

RODRIGUES, Marcus Paulo Ruffeil.*Gestão da polícia militar: a cultura institucional como agente limitador da construção de uma polícia cidadão,* Rio de Janeiro, 2010.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso,* 1970.

GIL, António Carlos. *Métodos de técnicas e pesquisa social.* São Paulo, Atlas, 2007.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Maria de Andrade. *Metodologia científica.* São Paulo, Editora Atlas, 1998.

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

LISBOA, Teresa Kleba. *As trajectórias de vida como construtores histórico-sociais*, S/d.

MACIEL, Wélliton Caixeta. *Construir-se policial militar: da identidade deteriorada ao auto-reconstrução*;

MACIEL, Wélliton Caixeta. *Representações sociais da violência e da identidade policiais militares por seus agentes*. Revista Habitus: revista electrónica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

Conhecimento e reconhecimento social enquanto profissão, Brasília, S/d.

MAIA, Rui Leandro. *Dicionário de sociologia*. Porto Editora, 2002.

MUNIZ, Jaqueline. *A crise de identidade das polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional*. Security and Defense Studies Review, Rio de Janeiro, 2001.

MARCONI, Maria de Andrade. *Metodologia científica para o curso de direito*. São Paulo, Editora Atlas, 2001.

PAPPÁMIKAIL, Lia. *Juventude(s), autonomia e sociologia: questionado conceitos a partir do debate acerca das transições para a vida adulta*, Lisboa, Sociologia, Revista do Departamento de Sociologia da FLUO, Vol. XX, 2010, pp. 395-410.

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos*. Rio de Janeiro, Zahar Editoras, 1979.

STORANI, Paulo. *A construção da identidade dos Caveiras do Batalhão de Operações Policiais Especiais – BOPE, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Brasil, 2008.

TAVARES, M. F. *A simultaneidade do absurdo e a graça da condição humana no quotidiano da Polícia Militar: uma proposta educativa*. 2004. 270f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, 2004.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Tradução de Elia Ferreira Edel. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1994. 431p.

“Da experiência à construção da identidade do polícia de protecção: um estudo de caso na Escola Prática da PRM-Matalane”

UACIQUETE, Raul José. *Serviço Militar Obrigatório como espaço de construção de identidade militar e nacional*. UEM-FLCS, departamento de Sociologia, Maputo, 2009.

ANEXO

GUIÃO DE ENREVISTA

O presente Guião é um instrumento de uma entrevista do tipo história de vida que tem como objectivo descrever a trajectória dos recém formados na academia policial, de modo a analisar a construção de sua identidade policial. A entrevista vai durar 20 a 30 minutos, a sua participação é livre voluntária e relevante com a garantia de total confidencialidade e anonimato no tratamento dos dados.

Secção 1: Perfil sociodemográficos dos formandos no curso de policia

- Idade
- Sexo
- Estado civil
- Nível de escolaridade
- Formação profissional
- Naturalidade
- Residência (todos os bairros por onde passou)
- Área de formação na polícia

Secção 2: Descrição da biografia dos recém-formados na polícia*(a*

descrição da trajectória dos entrevistados tomará em consideração quatro espaços de sua vida: escola, família, trabalho e grupo de pares)

Escola:

- Fale-nos das amizades que tinhas nas escolas por onde passaste (tipo de amigos, divertimento).
- Que tipo problemas teve nessas escolas e como enfrentou?
- Como é que lhe dava com as regras impostas nessas escolas e nas salas de aulas?

Família:

- Falando agora da sua família, pode dizer quais eram as regras impostas dentro da família?

- Como é que lhe dava com essas regras?
- Fale-nos do modelo de pessoa que procuravas ser dentro da família.
- Que problemas tiveste na família com seu pais e ou com seus irmãos?

Trabalho:

- Fales das brincadeiras que costumava ter ao longo das seguintes fases da vida: criança, adolescente, jovem e adulto.
- Fales um pouco do seu percurso no mercado de trabalho (primeiro trabalho, por onde passou, o por que destes trabalho, por que mudou, até chegar na polícia).
- O que é que te levou a formação policial?

Grupos de pares:

- Agora pode falar me um pouco dos amigos que teve ao longo das suas diferentes fases da vida.
- Fale das actividades que tinham com esses amigos,
- O que achas que aprendeste com esses grupos de amigos?
- Que situações teve que enfrentar com esses grupos de amigos?

Secção 3: Valores e normas transmitidos ao longo da formação do polícia

- Gostou da formação na Escola Prática da policia-Matalane?
- Quais são as primeiras actividades que desempenhou no início da formação na Escola Prática da polícia-Matalane?
- Quais são as regras impostas ao comportamento dos indivíduos ao longo da formação?
- Como é que essas regras eram transmitidas?
- Quais eram os meio que usam para impor essas regras?
- Quais as sassoos aplicadas para quem não cumpria com as regras?
- Como é que definiram um polícia na formação?
- Quais são as normas a serem seguidas por um polícia?
- Que normas os polícias devem seguir para o desempenho de sua funções como polícia?

Secção 4: Construção da identidades dos recém-formados

- Qual é sua opinião sobre a forma como decorreu a formação policial?
- Como é que você particularmente define um polícia?
- O que você achou das regras impostas ao formando ao longo da formação?
- Dessas regras quais são, as que você seguia ao longo da formação? Justifica.
- E quais são as regras que você até assume como válidas para orientar o seu comportamento?
- Qual é a sua opinião sobre as normas transmitidas na formação para orientar a actividade do polícia?
- Dessas normas quais são as que você procura seguir? Justifica.
- Após a formação (actualmente) que tipo de polícia você procura ser no desempenho das suas actividades?

Muito obrigada pela apoio e em particular pela paciência ao longo desta entrevista!

Matola, Junho de 2014